INDICADORES
Produtividade do trabalho cresceu 4,5% em 2017

NOVO ENSINO MÉDIO
SENAI implanta projeto pioneiro

AÇO
Sobretaxa norte-americana prejudica o Brasil

Indústria BRASILEIRA

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 20 | Março 2018

MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022

AGENDA TRAZ PROPOSTAS PARA RETOMAR CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

CNI SESI SENAI IEL
CNI
Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Programa de Desenvolvimento Associativo
Somar forças. Multiplicar resultados.
FAÇA SUA INDÚSTRIA MELHOR. FAÇA SEU SETOR MAIS FORTE.
FAÇA PARTE
Se você tem um objetivo, unir-se com pessoas que também acreditam nele é fundamental. Os sindicatos empresariais existem para unir pessoas que acreditam na indústria e na sua importância para o país. Junto a outros empresários, você pode fazer a diferença! Acesse industriaforte.com.br e saiba mais.
/cnibrasil
/cni_br
/cnibr
/cnibweb
CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CARTA AO LEITOR

2018 começa com a economia em recuperação e, com as eleições gerais marcadas para outubro, o Brasil tem uma nova oportunidade de discutir o país que queremos para o futuro. Como em anos anteriores, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) reuniu líderes empresariais da indústria e preparou, por meio do *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, uma agenda com um conjunto de propostas para resolver antigos gargalos que prejudicam a competitividade e enfrentar novos desafios que surgiram nos últimos anos, em função de tendências internacionais e nacionais que impactam a indústria.

O *Mapa Estratégico* é o tema da reportagem de capa desta edição da revista e da entrevista com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Se as medidas propostas forem adotadas, a economia brasileira poderá crescer 4% ao ano, em média, a partir de 2023. Além das reformas estruturais, como a tributária e a da Previdência Social, o Brasil precisa reduzir a insegurança jurídica, com regras mais claras e que estimulem novos investimentos por parte do setor privado. Mas também são importantes políticas públicas que estimulem inovação e melhorias na gestão dos recursos públicos.

Esta edição traz reportagem sobre a Agenda Legislativa da Indústria. São 129 propostas em tramitação no Congresso, que incluem proposições com impacto na regulação da economia, no sistema tributário, nas relações do trabalho, em investimentos em infraestrutura e outros fatores essenciais ao desenvolvimento do país e na construção de um ambiente de negócios mais amistoso à atividade produtiva. Uma outra reportagem aborda a decisão dos Estados Unidos de criar uma sobretaxa na importação de aço e de alumínio, o que vai prejudicar empresas brasileiras.

Fundamental para aumentar a produtividade, a educação técnica e profissional é o tema da reportagem sobre o novo Ensino Médio, uma realidade em seis escolas brasileiras por uma iniciativa pioneira do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Ao todo, são 222 estudantes envolvidos no projeto-piloto que, ao final de 2020, receberão diplomas de Ensino Médio e de técnico em Eletrotécnica.

Boa leitura.

Revista INDÚSTRIA BRASILEIRA
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo
CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Vivaldo de Sousa; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Ayr Alinski e Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Esteban Pinilla e Anderson Ribeiro; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI
https://www.facebook.com/cnibrasil
https://www.flickr.com/photos/cniweb
https://instagram.com/cnibr/
https://twitter.com/cni_br
https://www.linkedin.com/company/cni-brasil

SENAI
https://www.facebook.com/senainacional
https://www.instagram.com/senai_nacional/
https://twitter.com/senainacional
https://www.youtube.com/user/senaibr

SESI
https://www.facebook.com/SESINacional
https://www.youtube.com/user/sesi
https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional

IEL
https://www.facebook.com/IELbr
https://www.instagram.com/ielbr/
https://twitter.com/iel_br
https://www.linkedin.com/company/iel-nacional

ARTIGO DO PRESIDENTE

6

SUMÁRIO

CAPA

Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022 8

INFOGRAFIA
Uma agenda para o Brasil retomar o crescimento sustentável 16

ESTUDO
Tendência mundial, preocupação ambiental afeta modo de produção 18

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
O Brasil tem feito menos do que pode e do que precisa 22

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI reforça atuação digital com estúdio próprio 26

AGENDA LEGISLATIVA

Edição 2018 tem 129 propostas de interesse da indústria 28

COMPETITIVIDADE

Solução hídrica deve ser articulada entre governo e sociedade 32

COMPETITIVIDADE
Sobretaxa dos EUA na importação de aço 34

TERMÔMETRO ECONÔMICO

Produtividade para sair da crise 36

GIRO BRASIL

Indústria gaúcha inicia o ano com perspectiva de expansão 40

GIRO GLOBAL

Rússia debate cooperação econômica internacional 42

SESI / SENAI / IEL

Novo Ensino Médio em prática 44

O CAMINHO PARA UMA INDÚSTRIA COMPETITIVA, INOVADORA, GLOBAL E SUSTENTÁVEL

O *Mapa Estratégico da Indústria* organiza a agenda do setor em torno de um objetivo: aumentar sua competitividade. Para tanto, é necessário solucionar problemas históricos, como as dificuldades na infraestrutura, a instabilidade macroeconômica, o alto custo de financiamento, a baixa qualidade da educação e um sistema tributário complexo e oneroso.

Esses fatores representam custos maiores para a indústria nacional em relação àqueles enfrentados pelos concorrentes de outros países, formando o Custo Brasil. Os problemas só poderão ser definitivamente superados com uma série de reformas estruturais que não podem mais ser adiadas.

Para alcançar a sustentabilidade fiscal, é indispensável aprovar uma reforma da Previdência que reflita o envelhecimento populacional causado pela maior expectativa de vida e pela redução da natalidade. A mudança deve aproximar as regras previdenciárias brasileiras das vigentes em nações que já passaram pela transição demográfica.

É necessário promover uma reforma do Estado brasileiro, com foco na segurança jurídica e na melhora da governança. A clara definição de atribuições e a coordenação efetiva entre os entes federativos e entre os poderes da República são essenciais. É imperativo que os impactos econômicos e sociais de projetos de lei, políticas públicas e decisões judiciais sejam mensurados e considerados por aqueles que decidem os rumos do país.

O maior controle de resultados das políticas possibilitaria a expansão de bons programas e o fim de ações inadequadas, o que permitiria melhorar a qualidade dos serviços públicos sem aumentar a carga de impostos sobre a população.

Outra reforma que precisa ser enfrentada é a simplificação do sistema tributário, com redução no

número de impostos, eliminação da cumulatividade e compensação e o rápido reembolso de créditos.

A diminuição da burocracia deve ocorrer em todas as esferas, com atenção especial à simplificação de processos e à redução de prazos para procedimentos de exportação e importação, concessão de patentes e licenciamento ambiental.

Vencer a agenda do Custo Brasil, no entanto, não é suficiente para garantir a competitividade da indústria e o desenvolvimento do país. Simultaneamente, é preciso aumentar o dinamismo e a capacidade de inovação. Esse objetivo passa por maior integração aos mercados globais, inserção na Indústria 4.0 e na economia de baixo carbono e implementação das melhores práticas de gestão, entre outras oportunidades geradas pelas transformações e tendências mundiais.

A nova versão do *Mapa Estratégico da Indústria* identifica 11 fatores-chave para superar esses desafios. Em cada um, foram estabelecidos objetivos claros, com indicadores e metas para 2022, ano em que se encerra o mandato do próximo presidente da República e que marca os 200 anos da Independência do Brasil.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que, caso as propostas contidas no Mapa sejam implementadas, é possível dobrar o ritmo de crescimento econômico do país, garantindo maior nível de renda e qualidade de vida aos brasileiros.

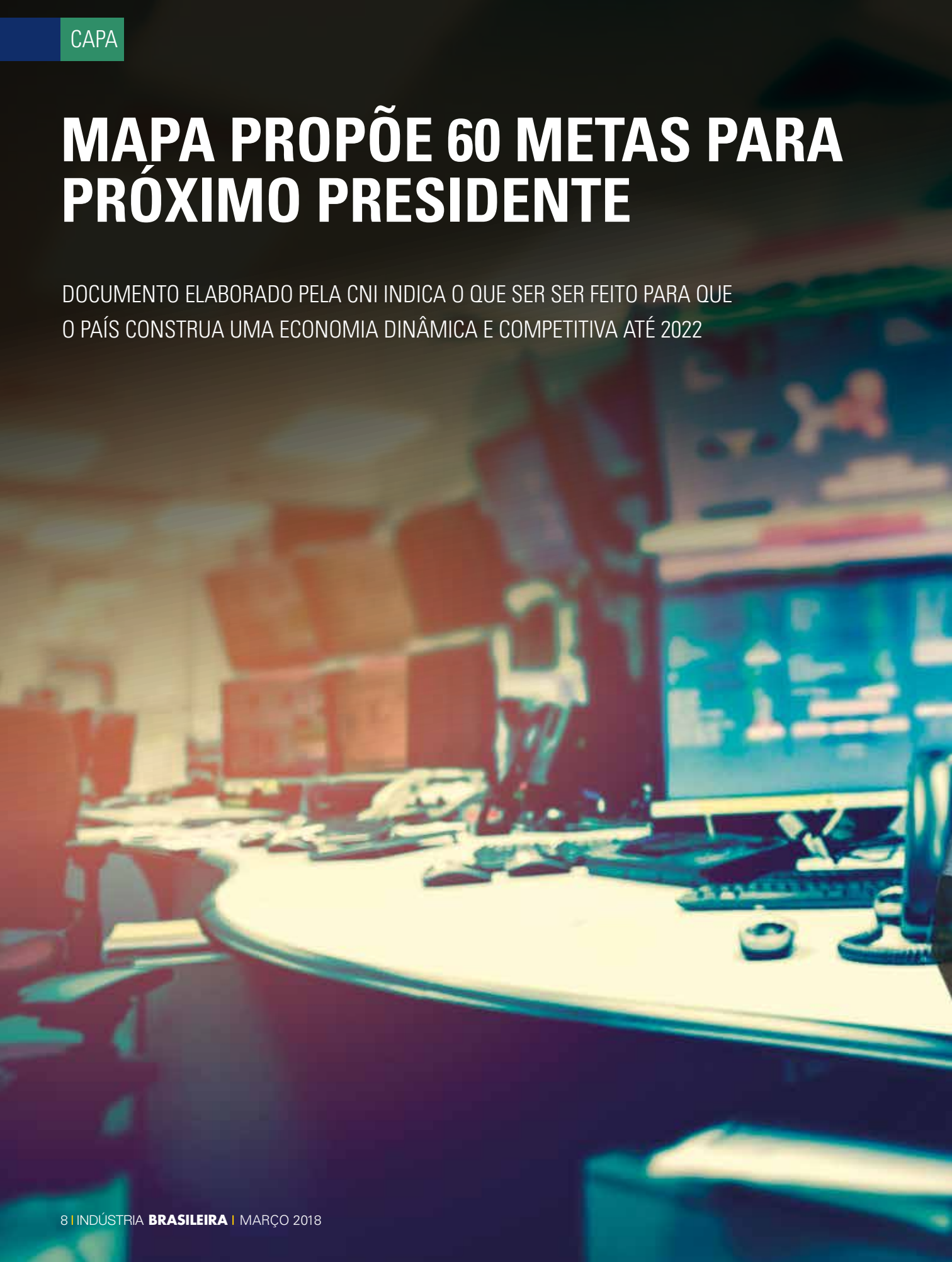
As empresas industriais devem ocupar o centro desse processo, na mobilização para fazer avançar as reformas e na promoção de inovação e produtividade dentro das empresas. A CNI reforça o convite aos empresários, à sociedade e aos poderes da República para juntarem esforços na construção de uma economia dinâmica, competitiva e justa.

Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

MAPA PROPÕE 60 METAS PARA PRÓXIMO PRESIDENTE

DOCUMENTO ELABORADO PELA CNI INDICA O QUE SER SER FEITO PARA QUE O PAÍS CONSTRUA UMA ECONOMIA DINÂMICA E COMPETITIVA ATÉ 2022



A manutenção do crescimento econômico, retomado em 2017, vai exigir do Brasil a superação de gargalos antigos, mas também de novos desafios surgidos nos últimos anos, quando o país passou por uma das piores crises de sua história. Com propostas para serem implementadas ao longo dos próximos quatro anos, o *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta alguns caminhos e soluções que podem contribuir para que o país tenha uma economia mais dinâmica, competitiva e sustentável até 2022. Se as medidas propostas forem adotadas, o Brasil poderá crescer 4%, em média, a partir de 2023.

Com base em tendências internacionais, como as mudanças climáticas e a economia do carbono, e nacionais, como a transição demográfica acelerada, o *Mapa Estratégico* elenca um conjunto de medidas que o próximo presidente da República, a ser eleito em outubro deste ano, deve adotar, incluindo reformas estruturais, como a tributária e a da Previdência Social. Segundo o documento, não é possível imaginar que o Brasil possa voltar a crescer e prosperar sem uma elevação significativa da produtividade.

De acordo com dados do Fórum Econômico Mundial, o Brasil vem sucessivamente perdendo posições no ranking global de competitividade, o que compromete o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. E um fator importante da competitividade é a produtividade. Entre 2006 e 2016, conforme dados da CNI, a produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu 5%, enquanto a produtividade nos Estados Unidos subiu 16,2% e na Argentina, 11,2%.

Para alcançar um novo nível de produtividade, a indústria e o país precisam trabalhar em uma ampla agenda para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam, conforme o *Mapa Estratégico da Indústria*, elaborado com a participação de líderes empresariais de todo o país. Além de abordar questões econômicas, o Mapa traz objetivos a serem cumpridos, até 2022, na área educacional (melhorar a nota média dos anos na educação básica), de saneamento (melhorar a coleta de esgotos) e de telefonia (ampliar o acesso dos brasileiros à banda larga fixa).

Dividido em quatro dimensões, duas delas relacionadas a políticas governamentais e regulamentação e duas a ações nas empresas, o documento aponta 11 fatores-chave para avançar na direção de um crescimento sustentável: segurança jurídica; ambiente macroeconômico; eficiência do Estado; governança e desburocratização; educação, financiamento; recursos naturais e meio ambiente; tributação, relações do trabalho; infraestrutura; política industrial, de inovação e comércio exterior; e produtividade e inovação nas empresas.

SEGURANÇA JURÍDICA

Os fatores-chave são desdobrados em 38 temas prioritários e 60 objetivos com as respectivas metas e seus indicadores. O alcance das metas será monitorado sistematicamente pela evolução dos indicadores. Por exemplo, no fator-chave segurança jurídica, um dos objetivos é dar maior qualidade, previsibilidade e qualidade das normas. A meta é interromper o crescimento do número de normas editadas anualmente, que foi de 4,5% ao ano nos últimos cinco anos. O indicador para essa meta é a quantidade de normas gerais editadas por ano.

Em 2014, o país tinha 5 milhões de normas. Esse número subiu para 5,2 milhões em 2015 e alcançou 5,5 milhões em 2016. A meta estabelecida pela CNI é manter os 5,5 milhões até 2022. Conforme o diagnóstico apresentado no Mapa, os problemas derivados de insegurança em leis e regulações no ambiente de negócios se exacerbaram. "Esses problemas, somados à relação superposta e, por vezes, conflituosa entre poderes e entre poderes/órgãos de controle, criaram uma segunda geração do Custo Brasil, com impactos expressivos sobre a produtividade", resume o documento.

"Temos um belo desafio pela frente nos próximos quatro anos. Isso mostra que o país tem que lutar com todas as suas energias para enfrentar nossas mazelas", afirma o diretor de políticas e estratégia da CNI, José Augusto Fernandes. Segundo ele, o *Mapa Estratégico* traz novos temas para a agenda, mas também um novo olhar. "A mensagem que estamos colocando é clara: chega de complacência ao potencial da economia brasileira. Nos 200 anos de independência do Brasil, queremos uma indústria mais inovadora, global e sustentável", destaca ele.

Na comparação com o Mapa anterior, elaborado para o período de 2013 a 2018, além de segurança jurídica, os seguintes temas merecem destaque: Indústria 4.0 e a economia digital, com uma mudança de ênfase importante; recursos naturais e meio ambiente; política industrial, de inovação e de comércio exterior; produtividade e inovação na empresa; educação; saúde; segurança pública; mecanismos de proteção social e produtividade; e corrupção. "Essa é a terceira edição do Mapa porque temos que adaptá-lo às constantes mudanças no Brasil e no mundo", diz Fernandes.

Em relação à Indústria 4.0, o Mapa destaca que "a velocidade das transformações que nascem das novas tecnologias demanda estratégias e respostas estruturadas por parte das empresas e do governo". Nesse sentido, as repercussões sobre a agenda são variadas e têm impacto sobre a política industrial, sobre políticas públicas e sobre a geração de novos negócios. Segundo a pesquisa *Oportunidades para a Indústria 4.0: aspectos da demanda e oferta no Brasil*, elaborado pela CNI, de 24 setores da indústria brasileira, 14 precisam adotar, com urgência, estratégias de digitalização para se tornarem internacionalmente competitivos.

Conforme o *Mapa Estratégico*, o foco em políticas horizontais precisa

SÃO NECESSÁRIAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUPERAR OS GARGALOS

Veja as quatro dimensões para a construção de uma Indústria Global, Competitiva e Sustentável

	Superação de Gargalos	Oportunidade de Futuro
Políticas Governamentais e Regulamentação	Ações governamentais para eliminar o estoque de gargalos que estão impactando a competitividade no tempo atual	Ações governamentais para aumentar a competitividade e permitir o aproveitamento de oportunidades pela indústria
	EXEMPLOS: • Melhoria das estradas por onde se faz a distribuição da produção • Elevação da qualidade e da cobertura da educação básica	**EXEMPLOS:** • Investimento em banda larga para atender as demandas de internet da Indústria 4.0 • Oferta de cursos e profissionais qualificados para atuar na manufatura avançada
Ações nas Empresas	Ações dentro das empresas e cadeias produtivas para eliminar gargalos de eficiência e elevar a produtividade	Ações dentro das empresas para aumentar a eficiência e a competitividade e aproveitar oportunidades
	EXEMPLOS: • Aprimoramento dos processos produtivos • Capacitação continuada dos trabalhadores nas empresas	**EXEMPLOS:** • Investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação • Desenvolvimento de novos modelos de negócios

Fonte: *CNI – Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*

ser complementado por estratégias coerentes de Política Industrial. Para a CNI, a Indústria 4.0, a economia circular e os resultados das disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC) demandam políticas novas e coerentes. E para não repetir os erros do passado, a entidade defende que é preciso redesenhar as políticas com ênfase em produtividade, inovação e integração. Entre 2005 e 2015, a participação do Brasil nas exportações mundiais de manufaturados caiu de 0,82% para 0,58%.

Foto: José Paulo Lacerda/CNI

Queremos uma indústria mais inovadora e global, diz José Augusto Fernandes

INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

"É importante o desenho de políticas industriais, de inovação e de comércio exterior integradas que eliminem obstáculos e promovam o crescimento da indústria, estimulem a inovação, a integração com o mercado internacional, o aproveitamento de vantagens competitivas, o desenvolvimento de novas competências e a produção de bens de maior conteúdo tecnológico", avalia o *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022.*

Segundo Fernandes, uma política industrial e de inovação consistente é fundamental para que a indústria alcance um novo patamar de competitividade. Nesse cenário de mudança, os desafios para o Brasil são: transição para a Indústria 4.0; desenvolvimento da Internet das Coisas (IoT); modernização do parque industrial; maior produção de bens de alta intensidade tecnológica; e aumento da inovação. Aqui, o principal objetivo é ampliar o emprego das tecnologias associadas à Indústria 4.0 e à IoT.

Para isso, foram estabelecidas quatro metas: aumentar o percentual de grandes empresas industriais que empregam tecnologias digitais de 63% para 80% até 2022, o que exigirá maior participação de bens de alta intensidade tecnológica na produção industrial; elevar a participação de bens de média-alta e alta intensidade tecnológica na indústria, de 30,8% para 34%; ampliar a participação do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no investimento total, de 39,9% para 50%; e aumentar a nota do Brasil em capacidade da legislação de P&D em promover a inovação, de 3,24 para 5,00.

Mas os desafios da produtividade e da inovação se fazem presentes dentro das empresas. A revisão do *Mapa Estratégico* destaca que estas precisam ter estratégias e ações para enfrentar esses desafios, paralelamente à ação do governo sobre os custos sistêmicos: "As empresas têm papel fundamental no aumento da competitividade do país. Ao governo, cabe prover o ambiente de negócios e a infraestrutura adequados, estimular a inovação e construir políticas e instrumentos que estimulem e direcionem o crescimento da indústria. Às empresas cabe a busca pelo aumento da produtividade, com o lançamento de novos e melhores produtos e modelos de negócio, pela melhoria contínua nos processos fabris e de gestão e pela conquista de novos mercados".

Diversos avanços foram obtidos nos últimos anos, como o Edital de Inovação Industrial ou a Operação da Rede Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia, mas ainda é preciso avançar mais. Tendo como objetivo principal aumentar a produtividade das empresas industriais brasileiras, o *Mapa Estratégico* define os seguintes temas prioritários: gestão empresarial, inovação na indústria, qualificação profissional e internacionalização. A partir disso, a meta é elevar a produtividade do trabalho na indústria em 20% até 2022.

A *World Management Survey*, pesquisa internacional que avalia práticas de gestão, identificou que, no Brasil, a maioria das empresas apresenta baixa qualidade da gestão. Para a agenda de inovação tecnológica e da Indústria 4.0 ter sucesso, ela precisa ser acompanhada por um processo de gestão eficiente. De acordo com o *Mapa Estratégico*, uma boa gestão produz um salto de produtividade com baixo investimento, como demonstrado pelo projeto *Indústria Mais Produtiva* da CNI e do SENAI, que inspirou o *Programa Brasil Mais Produtivo*. Até dezembro de 2017, a adoção de práticas de manufatura enxuta resultou no aumento médio de 52% na produtividade das 2.832 empresas que concluíram o programa.

GESTÃO E PRODUTIVIDADE

Conforme o *Mapa Estratégico*, o sucesso do investimento em pesquisa e desenvolvimento depende de uma boa gestão da inovação. A gestão eficiente contribuirá para a minimização dos riscos, a adequação dos resultados aos objetivos e a celeridade do processo

de pesquisa e desenvolvimento à inovação. A gestão com relação a saúde e segurança do trabalho também é importante, pois trabalhadores saudáveis que operam em um ambiente seguro tendem a ser mais produtivos. Como meta, o Mapa propõe elevar a nota do Brasil em qualidade da gestão, de 5,3 para 7,5.

Partindo da premissa de que a ampliação da capacidade de inovação é fundamental para a melhoria da competitividade empresarial, o *Mapa Estratégico* propõe como meta elevar a taxa de inovação nas empresas brasileiras, de 36,4% para 45%. Apesar de sua importância, a capacidade de inovação das empresas brasileiras é pouco desenvolvida. Pesquisa do Fórum Econômico Mundial de 2017 mostra que, de um conjunto de 137 países, o Brasil está na 85ª posição. Um caminho para melhorar esse desempenho são as parcerias com institutos tecnológicos e de inovação e com as universidades.

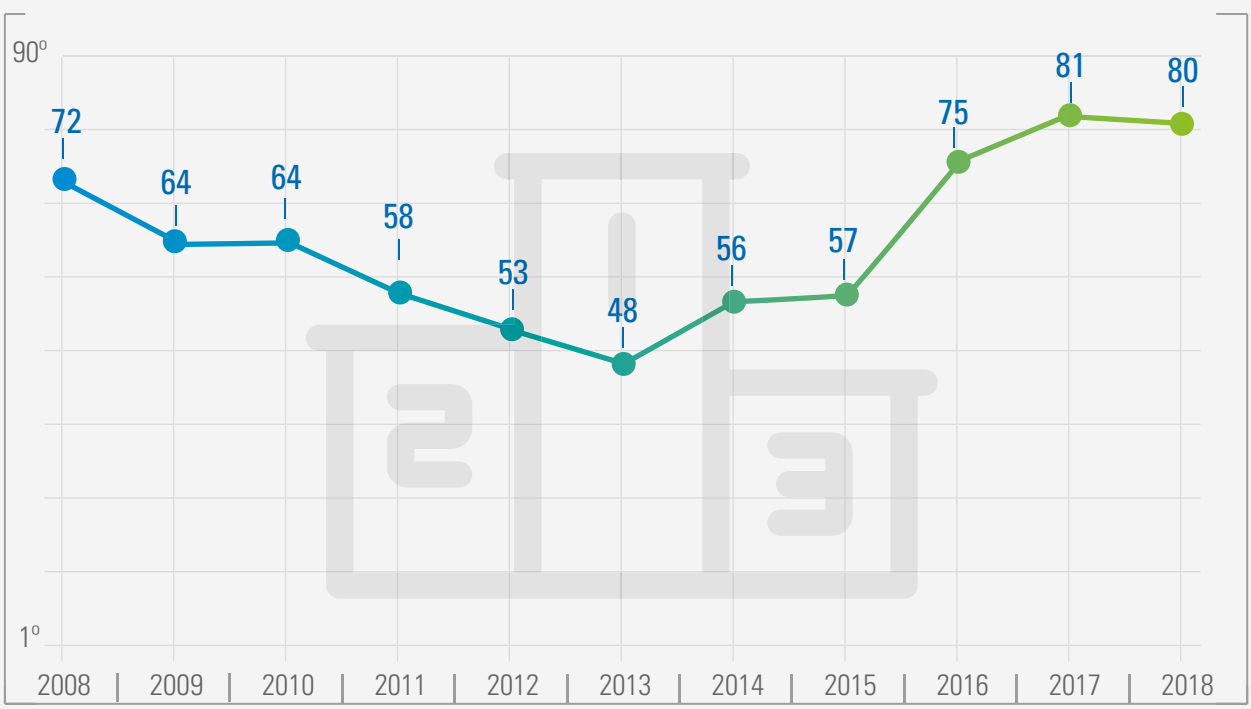
Além disso, as empresas precisam investir permanentemente na qualificação de seus profissionais para acompanhar as mudanças tecnológicas e se manterem competitivas. Afinal, os avanços tecnológicos da Indústria 4.0 incluem maior integração entre trabalhadores e máquinas nos processos produtivos, demandando habilidades e competências profissionais específicas, que precisam ser continuamente atualizadas. Como os esforços do governo para melhorar a formação básica e tecnológica não são suficientes, é necessário que as empresas invistam permanentemente na qualificação profissional de seus colaboradores.

Num momento em que o comércio mundial passa por transformações importantes, com os Estados Unidos adotando medidas restritivas à importação, o *Mapa Estratégico da Indústria* reforça a necessidade de internacionalização das empresas brasileiras, um caminho para expansão e aumento da produtividade. "Competir no mercado global pressupõe preparação da empresa. A estratégia para a internacionalização exige prospecção de mercados, definição de canais de distribuição, estratégia de branding, adaptação dos produtos e embalagens às exigências internacionais e identificação de parceiros comerciais e de investimentos", resume o documento.

Ainda de acordo com o Mapa, uma das principais dificuldades para o crescimento das exportações é a falta de conhecimento da empresa. Por isso, a disponibilização de informações e o apoio à empresa são fundamentais para sua internacionalização. Para que essas ações sejam otimizadas, é importante que as diversas instituições que

POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING GLOBAL DE COMPETITIVIDADE

Veja evolução



Fonte: *WEF (2017)*

atuam na promoção e no apoio à internacionalização o façam de maneira alinhada e coordenada. Aqui, a meta proposta é aumentar de 13.057 para 15.000, até 2022, o número de empresas industriais que atuam no comércio exterior.

A inovação é o motor dos ganhos de produtividade no longo prazo, conforme o *Mapa Estratégico*. Depois de corrigidas as ineficiências sistêmicas, apenas com base na inovação, tanto de produto como de processo, a produtividade pode crescer indefinidamente. O investimento em inovação gera benefícios para toda a economia, mas os custos e riscos inerentes à atividade inovadora recaem apenas sobre a empresa que investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Por isso, segundo a CNI, é necessário criar um ambiente regulatório que estimule a inovação, um sistema de apoio tecnológico e linhas de financiamento adequadas.

Nesse sentido, uma maior integração internacional contribui para elevar a competitividade da indústria brasileira e fortalecer a posição do país no comércio internacional. Conforme o *Mapa Estratégico*, o comércio exterior possibilita o aumento da escala de produção, a aquisição de conhecimento e o aproveitamento de ganhos com especialização em etapas das cadeias globais de valor. Com isso, o ambiente do mercado internacional estimula a busca pela competitividade e pela inovação. Empresas internacionalizadas inovam mais, pagam melhores salários e geram divisas para o país.

MENOS BUROCRACIA

No entanto, as políticas industriais implementadas no Brasil nos últimos anos estiveram desvinculadas das políticas de comércio exterior, o que prejudicou o desempenho da indústria nessa área. O coeficiente de exportação – que mede a importância do mercado externo para a produção doméstica – caiu de 19,1% para 15,7% entre 2006 e 2016, ambos a preços de 2017, conforme dados da CNI. Para mudar esse cenário, é preciso ampliar o acesso aos mercados externos para os bens, serviços e investimentos brasileiros. Entre as metas definidas para atingir esse objetivo está a redução do tempo médio de exportação e importação, de 125 horas para 80 horas.

Ampliar o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional exige, ainda, intensificar as negociações para a celebração de acordos comerciais, novos investimentos e ampliação dos esforços para eliminar barreiras às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior. Paralelamente, conforme o *Mapa Estratégico*, é necessário facilitar e desburocratizar o comércio exterior, promovendo reformas nos processos aduaneiros e simplificando as normas legais e administrativas.

Além disso, é preciso estimular os investimentos brasileiros no exterior e investimentos estrangeiros no Brasil. O aumento do investimento promoverá o crescimento da indústria e uma maior absorção de novos conhecimentos, essenciais para a inovação. Duas metas estabelecidas no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022* podem contribuir para isso: aumentar a participação dos mercados com os quais o Brasil tem acordos comerciais no mercado mundial, de 7% para 40%, e elevar o estoque de investimento das empresas brasileiras no exterior, de US$ 259,3 bilhões para US$ 380 bilhões.

O tema Recursos Naturais e Meio Ambiente é uma novidade no Mapa. De acordo com a publicação, "a redução na disponibilidade de recursos naturais e o consequente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Soma-se a isso a crescente preocupação com as repercussões das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas". Dessa maneira, avalia o estudo, intensifica-se a demanda por novos modelos de negócios e sistemas de gestão de recursos (economia circular), bem como surgem novas oportunidades de geração de valor.

Na área de relações do trabalho, o *Mapa Estratégico* define três temas prioritários: dar efetividade e continuidade à modernização das relações trabalhistas, ao custo do trabalho e a mecanismos de proteção social. Em 2017, a aprovação das Leis nº 13.429/17 (terceirização) e 13.467/17 (reforma trabalhista) promoveu a modernização de pontos fundamentais das leis trabalhistas, adequando-as aos modelos de produção mais modernos e conferindo mais flexibilidade às relações de trabalho, medida reivindicada pelas empresa como uma maneira de aumentar a oferta de emprego.

BRASIL FICA NA LANTERNA DA GESTÃO PÚBLICA

Ranking da eficiência do Estado, como na arte seguinte

Canadá	**8,6**	Polônia	**5,2**	África do Sul	**4,2**
Austrália	**8,4**	China	**5,1**	México	**4,2**
Chile	**7,1**	Índia	**4,9**	Colômbia	**4,1**
Espanha	**5,9**	Indonésia	**4,6**	Rússia	**4,0**
Coreia do Sul	**5,5**	Peru	**4,6**	Argentina	**3,3**
Turquia	**5,3**	Tailândia	**4,4**	Brasil	**2,9**

Observação: Pesquisa inclui 18 países selecionados.
Escores médios (0 = pior desempenho; 10 = melhor desempenho).

Fonte: *CNI*

"Agora precisamos dar efetividade a essa modernização", afirma Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI. Segundo ele, é importante informar a sociedade sobre a importância da nova legislação e buscar a melhor aplicação dessas regras. "Também é necessário que o país continue no caminho da modernização das relações trabalhistas e estimular as negociações entre empregadores e empregados, além de reduzir burocracia", diz. Para isso, ressalta ele, "será preciso capacitar nossas lideranças". Uma das metas na área trabalhista é aumentar a proporção das indústrias que celebram acordos coletivos, de 5,29% para 6%, em 2022.

De acordo com o *Mapa Estratégico*, o Brasil é um dos países com maior número de ações trabalhistas. "O excesso de judicialização é agravado por um sistema lento e caro, que gera custos e incertezas. Espera-se que as mudanças da legislação trabalhista fortaleçam as negociações coletivas que podem, por meio do diálogo, ajustar condições de trabalho entre empresas e trabalhadores de modo que ambos saiam ganhando. É importante, também, avançar no fomento de outras alternativas para a solução de conflitos", avalia o documento, que será entregue aos candidatos que irão disputar a Presidência da República.

Sobre o custo do trabalho, Furlan diz que o excesso de encargos trabalhistas aumenta os custos das empresas e reduz a competitividade e o incentivo a novos investimentos e contratações. "Não queremos reduzir o salário do trabalhador, mas sim seu custo unitário", destaca ele, esclarecendo que isso ocorre porque a legislação trabalhista brasileira estabelece um grande número de encargos sociais e trabalhistas, pecuniários e não pecuniários. Hoje, para cada R$ 1.000,00 pagos ao trabalhador, a empresa tem um custo de R$ 1.003,00. A meta, conforme o *Mapa Estratégico*, é reduzir o custo unitário do trabalho na indústria brasileira, de 103% para 90%, o que pode ser feito sem cortar salários.

Foto: Miguel Ângelo/CNI

Negociações coletivas devem ser estimuladas, diz Alexandre Furlan

AMBIENTE MACROECONÔMICO PRECISA MELHORAR

Ranking do fator ambiente macroeconômico

China	**7,1**	Austrália	**6,1**	Canadá	**5,8**
Turquia	**6,4**	Peru	**6,0**	Índia	**5,7**
Indonésia	**6,4**	Rússia	**6,0**	África do Sul	**5,5**
Chile	**6,3**	Tailândia	**6,0**	Argentina	**5,5**
Coreia do Sul	**6,2**	México	**5,9**	Espanha	**5,4**
Colômbia	**6,1**	Polônia	**5,9**	Brasil	**5,3**

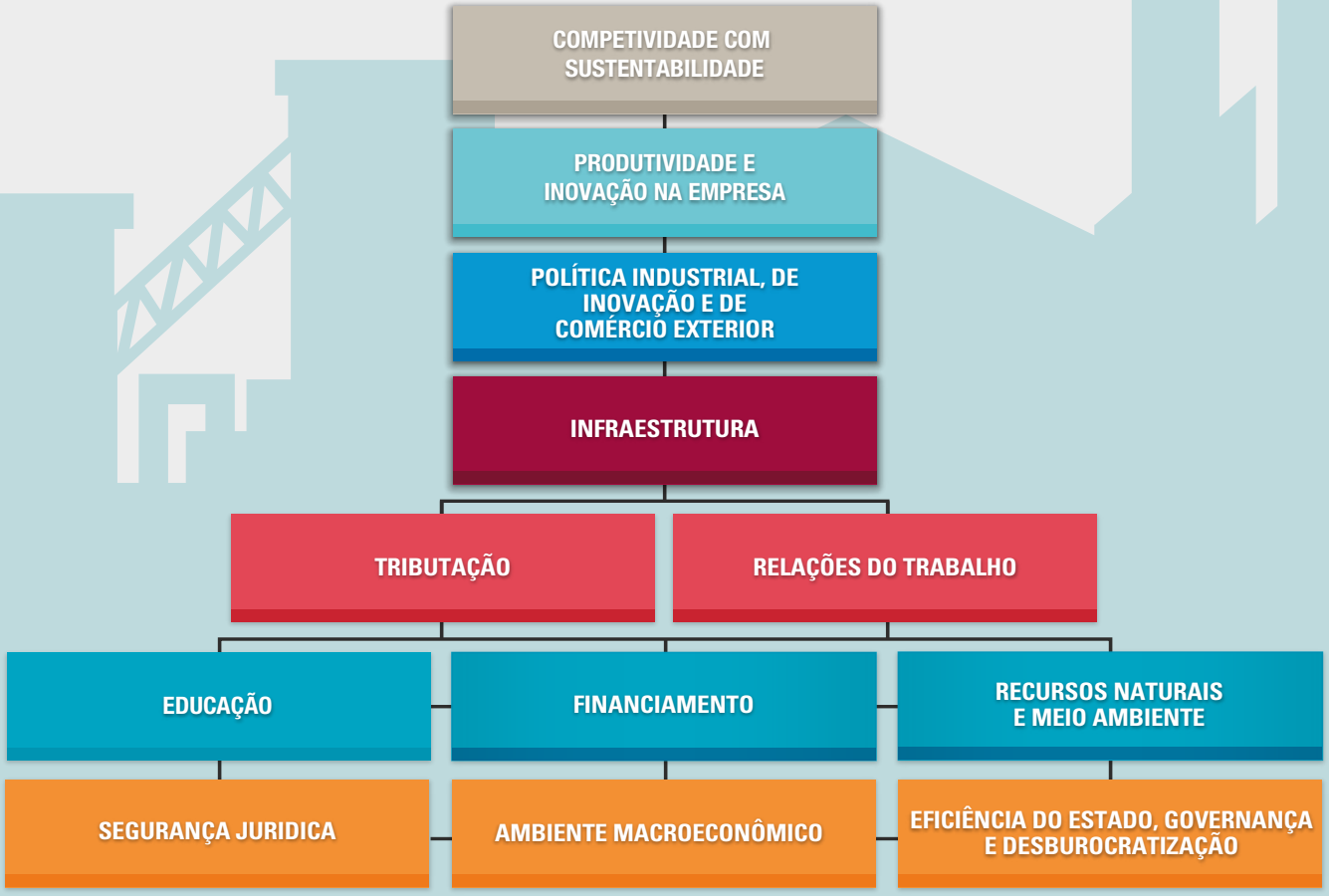
Observação: Pesquisa inclui 18 países selecionados.
Escores médios (0 = pior desempenho; 10 = melhor desempenho).

Fonte: *CNI*

UMA AGENDA PARA O BRASIL RETOMAR O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

É preciso melhorar a educação, simplificar tributos, estimular a inovação nas empresas e boa gestão dos recursos públicos

DIAGRAMA DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022



Fonte: CNI - *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*

O QUE PODE AJUDAR A ELEVAR A PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Financiamento
Desenvolver o mercado de capitais; aperfeiçoar o sistema de garantias e ampliar o acesso aos recursos.

Recursos Naturais
O uso dos recursos naturais deve ser feito de maneira a garantir a sustentabilidade econômica e ambiental.

Tributação
Simplificar leis, eliminar distorções e garantir o alinhamento com os padrões internacionais de tributação.

Segurança Jurídica
As leis precisam ser claras, estáveis e sua aplicação não pode gerar dúvidas.

Ambiente Macroeconômico
Consolidar a estabilidade e a previsibilidade do ambiente macroeconômico para favorecer os investimentos.

Eficiência do Estado
Buscar um Estado mais eficiente e eficaz, com boa gestão, governança, transparência e combate à corrupção.

Educação
Priorizar a educação em todos os níveis: básico, fundamental, fundamental e na graduação.

Relações de trabalho
Estimular a negociação coletiva e buscar relações de trabalho mais flexíveis.

Infraestrutura
Acelerar a recuperação da infraestrutura, com regras claras e maior participação privada nos investimentos.

Políticas Públicas
Definir uma política industrial, de inovação e de comércio exterior consistente e integrada.

Produtividade e inovação
Melhorar a gestão empresarial, intensificar atividades de inovação e maior integração com o mercado externo.

Fonte: CNI - *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*

OS GANHOS POTENCIAIS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA COM AS MEDIDAS PROPOSTAS

- **Crescimento médio de 4% do PIB a partir de 2023**
- **Aumento do PIB per capita de 3,5%, em média, a partir da mesma data.**
- **Renda dos brasileiros dobraria em 24 anos e passaria dos cerca de US$ 14 mil registrados em 2016 para aproximadamente US$ 30 mil em 2040.**
- **PIB do Brasil chegaria a US$ 50 mil em 2054, o mesmo patamar obtido em 2016 por EUA, Holanda e Suíça.**

Fonte: CNI - *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*

TENDÊNCIA MUNDIAL, PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL AFETA MODO DE PRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO DAS FONTES RENOVÁVEIS, COMO HIDRO, SOLAR E EÓLICA, NA MATRIZ ENERGÉTICA DEVE CRESCER

"Produzir sapatos veganos é uma forma de diminuir os níveis de detritos poluentes gerados pela indústria da moda", afirma Barbara Mattivy, dona da Insecta Shoes. Com a produção no Rio Grande do Sul, a empresa, criada em 2014, conquistou clientes nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha, na França e na Espanha, além do Brasil. Segundo ela, muitos consumidores têm preocupação com os impactos ambientais e levam isso em conta no momento de comprar seus produtos.

Mais do que um modismo, a preocupação com os impactos ambientais é um movimento mundial, conforme o estudo *Tendências Mundiais e Nacionais com Impacto na Indústria Brasileira*, que foi usado como subsídio para a elaboração do *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*. O estudo mostra que as preocupações com as mudanças climáticas e o uso de produtos menos poluentes estão se intensificando e medidas de enfrentamento desses problemas já fazem parte das pautas legislativas dos países, mas ainda não foram obtidos avanços significativos, do ponto de vista global, para reduzir a emissão de gases do efeito estufa

De acordo com a pesquisa, "está em curso uma corrida tecnológica entre países para o desenvolvimento de fontes de energia renovável e novas oportunidades de atuação na chamada economia verde". Além disso, "verifica-se uma crescente mudança nos padrões de consumo, com consumidores mais preocupados com os impactos ambientais dos produtos e seus processos produtivos". Segundo o estudo, os resultados do Acordo de Paris, assinado, em 2015, por 193 países, não são suficientes para conter o crescimento do aquecimento global abaixo dos 2ºC até o final do século.

Em relação à implantação de um imposto sobre a emissão de carbono, essa possibilidade segue indefinida, assim como restam dúvidas quanto ao impacto final da saída dos EUA, segundo maior emissor de CO2 do mundo, do Acordo de Paris. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) calcula que, mundialmente, as mudanças climáticas provocaram perdas da ordem de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010. Nos países em desenvolvimento, essas perdas foram significativamente maiores, aproximando-se de 7% do PIB.

A intensificação dos impactos ambientais e o aumento dos riscos econômicos a eles associados estão provocando uma corrida tecnológica em direção à economia de baixo carbono, que afetará a economia de todos os países nos próximos anos. Assim, a médio e longo prazos, a tendência dominante será a ampliação da participação das fontes renováveis (hidro, solar e eólica) na matriz energética mundial, com consequente redução da participação de carvão e petróleo.

Essas mudanças trazem desafios e oportunidades. Os desafios mais relevantes estão associados ao aumento da eficiência energética, à redução de emissões e, principalmente, às mudanças estruturais trazidas tanto pelas alterações no padrão de demanda quanto pelas novas rotas tecnológicas adotadas nos principais setores industriais dos países líderes. Além disso, a redução na oferta de recursos hídricos torna mais relevantes a gestão e a otimização da água por parte do segmento industrial.

Para os governos e as empresas, há ainda a necessidade de apoiar e investir no desenvolvimento industrial e tecnológico de outras fontes de energia renováveis – especialmente solar e eólica – de modo a capturar oportunidades de fortalecer a base industrial de suprimento de equipamentos desses segmentos. Na hipótese de que cresçam as exigências de rotulagens ambientais, o Brasil pode ter um diferencial nessa área por ter uma matriz energética considerada das mais limpas e diversificadas do mundo, resultando em uma menor pegada de carbono dos produtos fabricados no país.

Foto: Divulgação

Nossos consumidores têm com consciência ambiental, diz Barbara Mattivy

"Também fazemos sapatos de roupa vintage e tecidos com fio de garrafa pet. Uma das nossas missões é disseminar práticas sustentáveis".

Ainda do ponto de vista internacional, o crescimento da Indústria 4.0, que combina automação com as tecnologias digitais na indústria, como o uso de sensores e equipamentos ligados em rede, conectando o mundo real e o virtual, possibilita a melhoria da eficiência operacional e a redução de custos. Além disso, torna possível a flexibilização das linhas de produção, o encurtamento de prazos de lançamento de produtos e a introdução de novos produtos, serviços digitais e modelos de negócio.

Estima-se que somente a introdução da Internet das Coisas (IoT) no tecido produtivo industrial tem o potencial de gerar, até 2025, receitas, em nível mundial, entre US$ 3,9 trilhões e US$ 11 trilhões. Conforme estudo divulgado em 2015 pela consultoria McKinsey, o impacto se deve à possibilidade de essa tecnologia permitir a redução significativa dos custos de manutenção de equipamentos (podendo variar entre 10% e 40%) e do consumo de energia (variação entre 10% e 20%), além de contribuir para o aumento da eficiência do trabalho (variação entre 10% e 25%).

Entre as tendências nacionais, a necessidade de novas reformas econômicas e institucionais, com pressão para reduzir o papel do Estado como motor do desenvolvimento econômico, exige melhorias no ambiente de negócios e nos determinantes institucionais da competitividade, que podem estimular a elevação da produtividade da indústria. Outros fatores que podem favorecer a competitividade industrial envolvem a reforma tributária e a redução do custo de capital.

AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS QUE PODEM IMPACTAR A INDÚSTRIA

INTERNACIONAIS

- **Indústria 4.0**
- **Conhecimento e inovação como motores da economia**
- **Menor crescimento do comércio internacional e rearranjo na produção mundial**
- **Crescimento dos países emergentes, especialmente da Ásia**

NACIONAIS

- **Emergência de um novo ciclo de reformas econômicas e institucionais**
- **Transição demográfica acelerada**
- **Pressão para ir além do mercado doméstico**
- **Reconfiguração espacial da atividade econômica e crescimento das cidades médias**
- **Maior demanda por políticas e serviços públicos de qualidade**

NOVAS TECNOLOGIAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO

TECNOLOGIA	IMPACTO
Internet das Coisas (IoT na sigla em inglês)	Facilita o monitoramento dos fornecedores e do uso dos produtos pelos consumidores, antecipando manutenções e fornecimento de peças de reposição ao longo da cadeia.
Algoritmos e sistemas baseados em inteligência artificial	Otimizam os recursos e realizam adaptações nos processos produtivos em tempo real. Interfaces avançadas homem-máquina e robôs realizam as tarefas com maior precisão, segurança e efetividade.
Computação em nuvem	Habilita o controle dos equipamentos e dispositivos à distância.
Big data	Auxiliam nos processos de tomada de decisão, na antecipando tendências e demandas, além de possibilitar a criação de novos produtos.
Impressoras 3D	Agilizam a elaboração de protótipos e reduzem o tempo de lançamento de produtos no mercado.

CASES DE SUCESSO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ASSOCIADOS À INOVAÇÃO

SEGMENTO	INOVAÇÃO	EXEMPLO
Aeronáutica	Jatos Executivos	Embraer é líder mundial no mercado de jatos executivos
Papel e Celulose	Fibras curtas	Fibria, é a maior fabricante de celulose de fibra curta do mundo.
Óleo e gás	Exploração em águas profundas	Petrobras é uma das empresas pioneiras nesse tipo de tecnologia.
Cosméticos	Utilização da biodiversidade brasileira	Criação e desenvolvimento de novos produtos, como feito pela Natura.
Máquinas e equipamentos	Motores elétricos e transformadores com alta eficiência, energia eólica e solar	Tecnologia reduz custos e manutenção e tem a brasileira WEG como um dos destaques.

Elaborado pela Macroplan – Perspectivas, Estratégia e Gestão. Fonte: Tendências Nacionais e Internacionais com Impacto na Indústria Brasileira/CNI

Foto: Adri Felden / Argosfoto

O BRASIL TEM FEITO MENOS DO QUE PODE E DO QUE PRECISA

É IMPORTANTE QUE EMPRESÁRIOS, GOVERNANTES, PARLAMENTARES E A SOCIEDADE SE MOBILIZEM EM TORNO DE UM PROJETO PARA O PAÍS E DAS REFORMAS ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS, DIZ PRESIDENTE DA CNI

Os problemas criados pela insegurança com leis, regulamentos, superposição e conflitos entre poderes e órgãos de controle aumentaram nos últimos anos. Isso elevou os custos das empresas e fez com que a segurança jurídica passasse a ser uma prioridade para as empresas brasileiras e entrasse no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, afirma o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. Apesar disso, ele destaca que o mercado brasileiro é um dos mais promissores do mundo e desperta o interesse dos investidores. "Tenho a certeza de que, com a aceleração das reformas econômicas e institucionais, o país aumentará a produtividade, irá se fortalecer para enfrentar os competidores externos e voltará a crescer de forma sustentada", diz.

Por que o *Mapa Estratégico da Indústria* é importante para o país?
O Mapa é uma agenda para o Brasil, que orientará o diálogo da CNI com a sociedade e o governo nos próximos quatro anos. Também será a base para as propostas que a indústria apresentará aos candidatos à Presidência da República. O Mapa é um plano para o país crescer, inovar e criar mais empregos. Para isso, o documento faz o diagnóstico, estabelece metas claras e ações factíveis, em 11 fatores-chave, entre os quais estão a segurança jurídica, a educação, a infraestrutura, o ambiente macroeconômico, a eficiência do Estado, a governança e a inovação. O Mapa também define 60 objetivos com seus respectivos indicadores, cujo desempenho mostrará se o país está se aproximando ou se distanciando do caminho do crescimento sustentado. Nossa meta é construir, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional.

> *"O quadro atual do sistema de saúde brasileiro e da segurança pública comprometem a qualidade de vida da população, diminuem a produtividade no trabalho e a competitividade da indústria."*

O Mapa abrange o período 2018-2022. Por que a CNI estabeleceu esse período?
Essa edição do Mapa é uma revisão do documento que a CNI lançou em 2013 com a visão da indústria sobre o país que queríamos em 2022, quando se

comemora os 200 anos de independência do Brasil. De lá para cá, muita coisa mudou no Brasil e no mundo, o que exigiu a revisão das prioridades estabelecidas. As crises econômica e institucional aumentaram a distância entre o Brasil e os principais competidores internacionais e o país se desviou da rota do desenvolvimento econômico e social. É preciso agir rápido e corrigir a rota para chegarmos ao fim de 2022, o último ano do mandato do governo que será eleito em outubro, com uma economia dinâmica, competitiva e justa.

Quais são as principais mensagens desta edição do Mapa?
Apesar dos enormes desafios a serem superados, o Mapa deixa claro que o Brasil é um lugar de oportunidades. O mercado brasileiro é um dos mais promissores do mundo e desperta o interesse dos investidores. Tenho a certeza de que, com a aceleração das reformas econômicas e institucionais, o país aumentará a produtividade, irá se fortalecer para enfrentar os competidores externos e voltará a crescer de forma sustentada. Para isso, é preciso atuar em duas frentes. Uma é corrigir com urgência as deficiências que aumentam os custos de produção e comprometem a produtividade, como a baixa qualidade da educação e o complexo e oneroso sistema tributário. A outra é o desenvolvimento de competências para construir o futuro. Isso exige o aumento da capacidade de inovação das empresas, a inserção na Indústria 4.0 e a participação na economia de baixo carbono.

O que mudou em relação à versão anterior do Mapa?
Essa versão do Mapa destaca alguns temas e estabelece novas prioridades. A segurança jurídica, por exemplo, passou a ser uma prioridade, porque, nos últimos anos, os problemas criados pela insegurança com leis, regulamentos, superposição e conflitos entre poderes e órgãos de controle aumentaram, elevando os custos das empresas. Além disso, a saúde e a segurança pública foram incluídas como prioridade no fator-chave Eficiência do Estado. O quadro atual do sistema de saúde brasileiro e da segurança pública compromete a qualidade de vida da população, diminui a produtividade no trabalho e a competitividade da indústria. Também ganharam destaque no Mapa a Indústria 4.0, a economia digital, o uso eficiente dos recursos naturais, a política industrial, de inovação e comércio exterior.

O que se pode esperar se o Brasil implementar as mudanças sugeridas pelo Mapa?
Uma simulação feita pela CNI mostra que, com a implementação das ações propostas no Mapa, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescerá 4% ao ano, em média, a partir de 2023. Caso esse cenário se confirme, o PIB per capita aumentará 3,5%, em média, também a partir de 2023, com a população crescendo a uma taxa de 0,5% ao ano. Com isso, a renda dos brasileiros dobraria em 24 anos e passaria de aproximadamente US$ 14 mil registrados em 2016 para cerca de US$ 30 mil em 2040. Persistindo nesse ritmo, o PIB per capita do Brasil atingiria US$ 50 mil em 2054, o mesmo patamar da renda dos Estados Unidos, da Holanda e da Suíça em 2016.

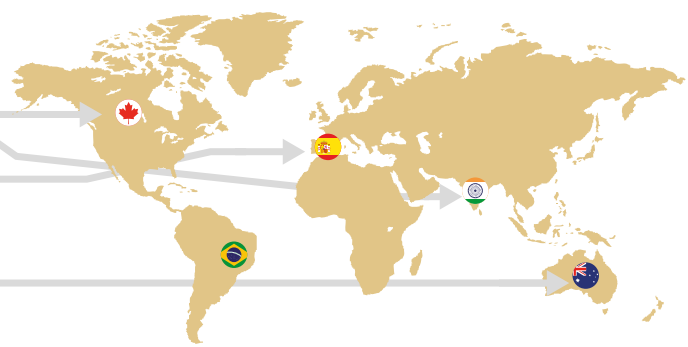
Qual a sua expectativa sobre a possibilidade de o governo e os parlamentares eleitos se comprometerem com a agenda de reformas?
O Brasil tem feito menos do que pode e do que precisa. E continuar fazendo mais do mesmo não reverterá a crise. Tampouco será suficiente para construir o futuro. Mais do que nunca, é importante que empresários, governantes, parlamentares e demais setores da sociedade se mobilizem em torno de um projeto para o país e das reformas econômicas e institucionais. Precisamos fazer mais e melhor nos próximos quatro anos. Isso exige o compromisso de todos com as reformas tributária e da Previdência.

O mundo está vivendo a quarta revolução industrial ou a Indústria 4.0. O senhor acha que a indústria brasileira está preparada para essa mudança de paradigma?
O acelerado processo de incorporação das tecnologias digitais à indústria

FALTA DE CLAREZA SOBRE DIREITOS E DEVERES PREJUDICA A COMPETITIVIDADE

Brasil está na última posição de um total de 18 países em ranking de segurança jurídica, burocracia e relações de trabalho

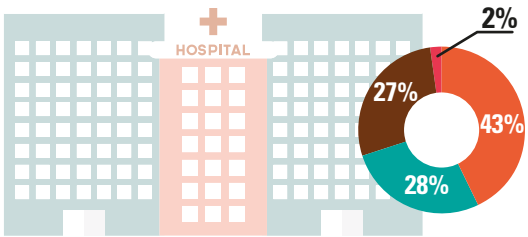
Canadá	9,1	Rússia	6,2
Austrália	7,9	Índia	6,1
Coréia do Sul	7,7	México	6,1
Chile	7,7	Colômbia	6,0
Espanha	7,0	Indonésia	6,0
Polônia	7,0	Peru	5,9
Tailândia	6,8	África do Sul	5,3
China	6,5	Argentina	4,4
Turquia	6,4	Brasil	4,4



Observação: Escores médios (0 = pior desempenho; 10 = melhor desempenho)
Fonte: *CNI – Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*

MAIOR QUALIDADE DE VIDA CONTRIBUI PARA MAIOR PRODUTIVIDADE

Se o sistema de saúde focar em prevenção e eliminação dos fatores de risco pode deixar indústria mais competitiva



Gastos do governo com saúde	43%
Gastos privados com saúde do próprio bolso	28%
Gastos privados com planos de saúde	27%
Outros	2%

Fonte: *CNI, com base em dados da OMS de 2015 – Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*

permitirá a redução de custos, a flexibilização das linhas de produção e o encurtamento de prazos de lançamento de produtos e serviços. A adaptação da indústria brasileira a esse novo cenário exigirá uma política nacional integrada, com ações governamentais e empresariais voltadas à produtividade, à inovação e à integração. Por isso, há mais de dois anos, a CNI faz estudos e pesquisas para identificar as transformações tecnológicas e de processos, os desafios e as oportunidades da Indústria 4.0 para o Brasil. Uma dessas iniciativas é o Projeto Indústria 2027.

A revolução digital nas empresas terá impacto sobre os trabalhadores e o mercado de trabalho?
Sem dúvidas, o mundo do trabalho está mudando rapidamente e novas profissões surgirão para acompanhar essas transformações. Em outros momentos como esse, algumas profissões desapareceram para dar lugar a novas funções. O aumento da produtividade e o avanço tecnológico requerem trabalhadores bem formados, capazes de interpretar e propor inovações. Infelizmente, no Brasil, a baixa qualidade da educação básica e a reduzida oferta de formação técnica e profissional são barreiras para a inovação nas empresas. Por isso, o *Mapa Estratégico da Indústria* estabelece, entre os objetivos principais, o aumento da qualidade da educação básica, a ampliação da oferta da educação profissional e a elevação da qualidade da educação superior.

Como os empresários podem contribuir para que o Brasil alcance as metas estabelecidas no Mapa?
A ação dos empresários é crucial para o Brasil crescer mais e melhor. Só com a participação efetiva dos empresários o país poderá inovar, melhorar a qualidade dos produtos, processos e serviços e aumentar a produtividade para que as empresas conquistem o mercado externo. Entre os objetivos propostos pelo Mapa estão o aperfeiçoamento contínuo da gestão empresarial, o aumento do investimento privado em inovação, o uso eficiente dos recursos naturais, a melhora da qualificação técnica dos trabalhadores e a adequação dos produtos às exigências do mercado externo. Além disso, os empresários terão um papel importante na interlocução com o governo e os parlamentares para que as propostas contidas no Mapa se transformem em ações efetivas para o crescimento do país.

> *"A ação coesa dos empresários, sindicatos, federações e associações em torno dos objetivos do Mapa é decisiva para sensibilizar o governo e a sociedade."*

Como a CNI atuará para influenciar governo, parlamentares e os próprios empresários a perseguirem as metas do Mapa?
A CNI mantém um diálogo permanente, transparente e aberto com governantes, parlamentares e empresários sobre os temas que têm impacto sobre a indústria e a economia brasileira. Transformar as propostas do Mapa em ação exigirá o aprofundamento desse diálogo e a coordenação de esforços dos empresários. A atuação coesa de empresários, sindicatos, federações, associações setoriais e outras organizações industriais em torno dos objetivos do Mapa é decisiva para sensibilizar o governo e a sociedade sobre os avanços necessários e para formular outras propostas e ações que melhorem o ambiente de negócios.

A CNI já escolheu seu candidato à Presidência da República? Quem a indústria vai apoiar nas eleições?
A CNI não tem candidatos. Como representante da indústria brasileira, participará do processo eleitoral e, além do *Mapa Estratégico*, apresentará a todos os candidatos à Presidência da República propostas concretas para melhorar o ambiente de negócios, aumentar a produtividade e acelerar o crescimento. Em julho, vamos fazer o Encontro da Indústria com os Presidenciáveis, para debater a agenda da indústria com os candidatos. Depois das eleições, a CNI manterá o diálogo aberto e transparente com o governo eleito para garantir a continuidade e o aprofundamento das reformas necessárias para o país voltar a crescer.

CNI REFORÇA ATUAÇÃO DIGITAL COM ESTÚDIO PRÓPRIO

Mais do que uma tendência, os vídeos são uma realidade no mundo digital. Pesquisas apontam que, em 2020, mais de 80% do tráfego *online* será gerado por esse tipo de mídia. Nesse caminho, a Superintendência de Jornalismo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) investiu em um estúdio próprio para reforçar a atuação digital. Na inauguração do espaço, a jornalista Thais Heredia entrevistou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, sobre o *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022* e as prioridades que o Brasil deve ter para se tornar mais competitivo.

Foto: Miguel Ângelo/CNI

MIT APRESENTA ESTUDO INÉDITO SOBRE INOVAÇÃO

Foto: Hélvio Romero / Estadão

No início de março, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o jornal O Estado de S. Paulo realizaram o *Fórum Brasil Competitivo*, para discutir o atual cenário da inovação no Brasil e apontar caminhos para fomentar este processo. Um dos destaques foi o estudo *Accelerating Innovation in Brazil*, elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos EUA. Pelo estudo, o Brasil evoluiu em seus esforços, mas é preciso aumentar o engajamento entre empresas e universidades, a capacidade do Estado e as políticas públicas.

PEDIDO DE ADESÃO À OCDE TRAZ IMPACTOS POSITIVOS AO BRASIL

Foto: Miguel Ângelo/CNI

A CNI realizou, em fevereiro, o seminário e workshop *Preços de transferência: o padrão da OCDE e a abordagem brasileira – desafios e oportunidades*, que contou com a presença do secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Angel Gurría. No evento, representantes da indústria e do governo debateram sobre a potencial adesão do Brasil à OCDE e sobre os pontos fortes e desafios do sistema brasileiro na área de preços de transferência.

CNI E ELETROBRAS DEBATEM SETOR ELÉTRICO

"Setor Elétrico: enfrentando os desafios" é o tema de seminário promovido em março pela na CNI, em parceria com a Eletrobras. Representantes da indústria e do governo debatem os desafios do setor elétrico em dois painéis: um sobre novo modelo do setor e outro sobre a desestatização da estatal. Pela proposta, a privatização ocorrerá por meio do lançamento de novas ações no mercado até que a quantidade transforme a União em acionista minoritária. O governo espera obter cerca de R$ 12 bilhões com a venda.

Foto: Beth Santos/Secretaria-Geral da PR

SEMINÁRIO DISCUTE CENÁRIO DA SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL

A CNI e o Serviço Social da Indústria (SESI) promovem, em março, o *1º Seminário CNI de Saúde Complementar*. Representantes do governo, do setor produtivo e de saúde suplementar dicutem sobre um modelo mais eficiente de assistência, com foco em qualidade, acesso e custo. Na perspectiva da indústria, a situação é crítica. A saúde privada representa 11% da folha de pagamento e o índice de reajuste anual ultrapassa 14%. Além disso, é preciso dar maior ênfase à prevenção e promoção da saúde.

129 PRIORIDADES NO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE 2018 DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA APRESENTA SUA AGENDA DE TEMAS ESTRATÉGICOS, DOS QUAIS 14 PROPOSTAS MAIS URGENTES COMPÕEM A PAUTA MÍNIMA

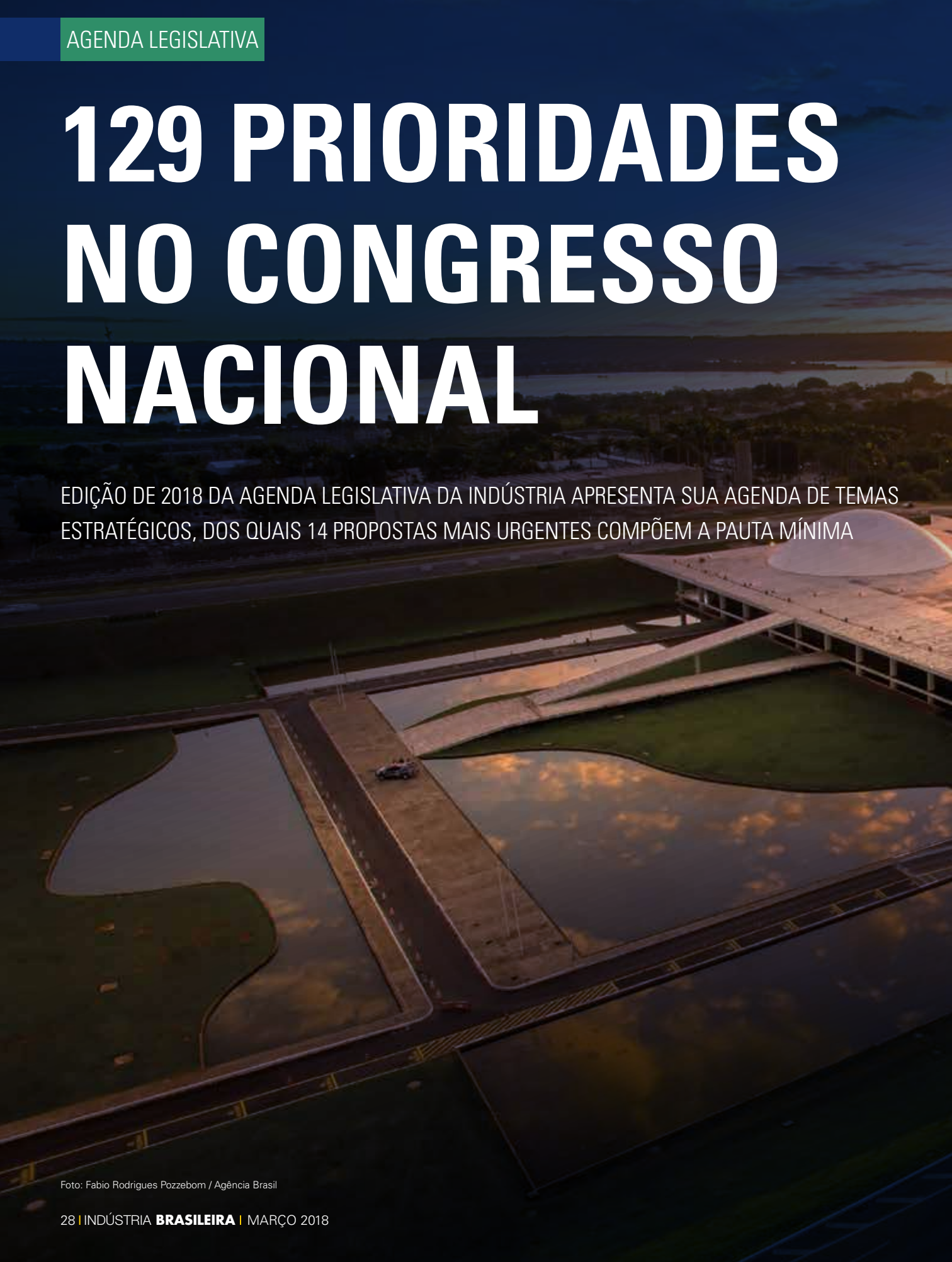


Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

Foto: 061 Filmes / Shutterstock.com

A rotina se repete desde 1996. A cada início de ano, técnicos e representantes de dezenas de setores da indústria se reúnem em Brasília para definir os assuntos que serão acompanhados de perto no Congresso Nacional ao longo do ano. A análise da lista preliminar de 2018 exigiu fôlego. Durante dois dias de reuniões no Seminário RedIndústria, 855 projetos de lei, emendas à Constituição e outras propostas legislativas foram discutidas até serem depuradas num conjunto compacto de prioridades que representam os grandes temas de interesse da indústria na Câmara dos Deputados e no Senado.

O resultado de cinco meses de análises, debates e reuniões entre a base industrial pode ser conferido na *Agenda Legislativa 2018*, que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta em 20 de março. Em sua 23ª edição, o documento traz 129 propostas em tramitação no Congresso. São proposições com impacto na regulação da economia, do sistema tributário, nas relações do trabalho em investimentos em infraestrutura e outros fatores essenciais ao desenvolvimento do país e na construção de um ambiente de negócios mais amistoso à atividade produtiva.

"Este é um ano que exige muita atenção da base industrial, no qual temos de trabalhar com cautela para evitar retrocessos e para aproveitar as pequenas janelas de oportunidade para a votação das propostas que são de nosso interesse", afirma o presidente do Conselho de Assuntos Legislativos e vice-presidente da CNI, Paulo Afonso Ferreira, referindo ao fato de 2018 ser um ano eleitoral. "Estaremos ativos e vigilantes porque há muitas oportunidades na ordem do dia, mas há riscos também de surgirem emendas que prejudiquem avanços recentes ou que possam prejudicar a indústria".

Segundo Afonso, as principais oportunidades da Agenda Legislativa estão em projetos que se encontram em estágio mais avançado de tramitação e já reúnem certo consenso. Dois exemplos são a Nova Lei de Licitações (PL nº 6.814/17) e o Marco Legal das Agências Reguladoras (PL nº 6.621/16), que já passaram pelo Senado e encontram-se em comissão especial na Câmara – ambos figuram na Pauta Mínima. Outro da lista de projetos urgentes, a Lei Nacional de Licenciamento Ambiental conta com apoio do

governo federal e está pronto para votação em Plenário, mas tem esbarrado em resistências políticas.

Apesar do Congresso ter paralisado a discussão de emendas à Constituição, por força da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, a base da indústria decidiu manter na Pauta Mínima de 2018 dois temas centrais para o ambiente de negócios e a saúde das contas públicas no futuro: a reforma da Previdência Social (PEC nº 287/16) e a proposta de reforma tributária (PEC nº 31/07). "A reforma da Previdência é um tema que não podemos abandonar. Mesmo que não andem, a mensagem da indústria é que os temas são urgentes e devem ser retomados tão logo se torne possível", diz Afonso.

AGENDA PROPOSITIVA

A composição da *Agenda Legislativa* de 2018 reflete um traço cada vez mais consolidado no documento: seu caráter propositivo. Neste ano, dos 129 projeto listados, 82 (64% do total) trazem mudanças com as quais a indústria é convergente, frente aos 47 (36%) com os quais o setor diverge. Essa proporção demonstra a convergência do setor produtivo com os debates em curso no Congresso Nacional que tratam da agenda de competitividade do país e a importância de o Legislativo manter em curso o ímpeto, observado desde a segunda metade de 2016, de aprovar projetos de elevado impacto positivo para a economia.

Os números da *Agenda Legislativa 2017* são prova desta tendência. O documento do ano passado teve o notável balanço de oito projetos convertidos em lei. Entre eles, a regulamentação da terceirização (Lei nº 13.429/17) e a modernização das leis do trabalho (Lei nº 13.467/17) trouxeram um desfecho positivo para discussões que vinham desde a década de 1990 sobre a necessária mudança de paradigma nas relações do trabalho, de forma que acompanhassem os novos modelos de produção surgidos e consolidados nesta era de tecnologias digitais.

Com esses avanços, a Pauta Mínima de 2018 traz dez projetos remanescentes de sua edição do ano anterior e outros quatro temas foram incluídos após os cinco meses de debates para a construção da *Agenda*: a recomposição dos vetos ao Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLS 226/16); alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (PLP 341/17); a prorrogação da redução do Imposto de Renda nas áreas das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene); e a criação do Código do Contribuinte (PLS-C 298/11).

No universo da *Agenda Legislativa*, das 129 propostas que compõem o documento deste ano, 78 são remanescentes de 2017. Uma novidade que está sendo acompanhada de perto pela indústria é o PL nº 9.463/18, que propõe a desestatização da Eletrobras.

A comissão especial sobre o projeto está instalada e o setor privado defende a aprovação da proposta para conferir maior eficiência e concorrência no setor elétrico. "Esta é uma oportunidade de o Brasil ter uma grande corporação na área de energia. A Eletrobras está perdendo relevância e sua incapacidade de realizar investimentos é flagrante", afirma o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator da proposta.

COMO É CONSTRUÍDA A AGENDA LEGISLATIVA

A construção de cada edição da Agenda Legislativa consiste de um amplo e profundo diálogo sobre os temas de interesse em discussão no Congresso Nacional. Conheça o passo a passo de como a indústria brasileira define suas prioridades e as apresenta à sociedade:

NOVEMBRO DE 2017

A CNI compila o conjunto de candidatos à edição de 2018 da Agenda. A lista consiste das matérias priorizadas em 2017 e eventuais evoluções na tramitação, somadas aos projetos novos apresentados ao longo do ano. Esse universo é submetido às federações e associações numa plataforma online.

DEZEMBRO DE 2017 E JANEIRO DE 2018

As associações e federações promovem reuniões com suas bases para analisar o universo de projetos submetidos pela CNI e para levantar eventuais novas prioridades de interesse que sejam setoriais, estaduais ou regionais.

29 DE JANEIRO DE 2018

Com base nas informações colhidas em suas bases, as associações e federações preenchem e entregam as fichas de priorização de cada tema em discussão, com o grau de prioridade – que vai de 1 (baixa prioridade) a 4 (Agenda Legislativa) – e sua posição sobre cada proposta. Todo o processo é feito online.

6 E 7 FEVEREIRO DE 2018

Técnicos e representantes das associações e federações se reúnem Seminário RedIndústria para analisar as 855 propostas candidatas a figurar na Agenda Legislativa. Num debate que emula o Congresso Nacional, cada proposta é debatida. Seguem para o documento os temas que encontrarem consenso nas discussões.

PROPOSTAS DE INTERESSE DA INDÚSTRIA NA PALMA DA MÃO

Aplicativo da Agenda Legislativa ganha novas funcionalidades para quem quer acompanhar a tramitação de temas prioritários

O aplicativo é gratuito e está disponível para os sistemas iOS e Android.

27 DE FEVEREIRO

Em sua reunião mensal, a Diretoria da CNI avalia o conjunto de propostas submetido pela base e escolhe os assuntos mais urgentes, que comporão a Pauta Mínima do ano. O colegiado também pode sugerir a inclusão de uma ou mais propostas na Agenda Legislativa.

20 DE MARÇO

No principal evento de defesa de interesses da indústria, a CNI lança a Agenda Legislativa para um público que reúne representantes da base industrial, parlamentares e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

AGOSTO

No início do segundo semestre, a CNI lança o documento Prestando Contas, que reúne o conjunto de ações realizadas sobre os projetos incluídos na Agenda Legislativa e o balanço do andamento das propostas na primeira metade do ano.

A AGENDA LEGISLATIVA 2018 EM NÚMEROS

A construção do principal documento de defesa de interesse da indústria mobiliza centenas de pessoas no acompanhamento de mais de 800 propostas legislativas

- **CNI, 27 federações e 65 associações setoriais** da indústria participam da construção da Agenda
- **855 propostas** foram analisadas no Seminário RedIndústria, sendo:
  - **123 proposições** remanescentes da Agenda Legislativa 2017
  - **732 novas propostas** apresentadas no ano passado
- **129 propostas** estão na Agenda Legislativa 2018, das quais:
  - **14 matérias** compõem a Pauta Mínima
  - **94 propostas** são de interesse geral a indústria
  - **35 propostas** são de interesse setorial

SOLUÇÃO HÍDRICA DEVE SER ARTICULADA ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE

ASSUNTO SERÁ DISCUTIDO DURANTE O 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA EM BRASÍLIA, COM PRESENÇA ESPERADA DE 40 MIL PARTICIPANTES DE 160 PAÍSES

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) acredita que o 8º Fórum Mundial da Água, que ocorre entre os dias 18 e 23 de março, em Brasília, será um espaço ideal para construir soluções para os problemas que o país enfrenta atualmente no setor hídrico. "O Fórum é uma ótima oportunidade para contextualizar o problema, para discutir soluções inteligentes", afirma a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg.

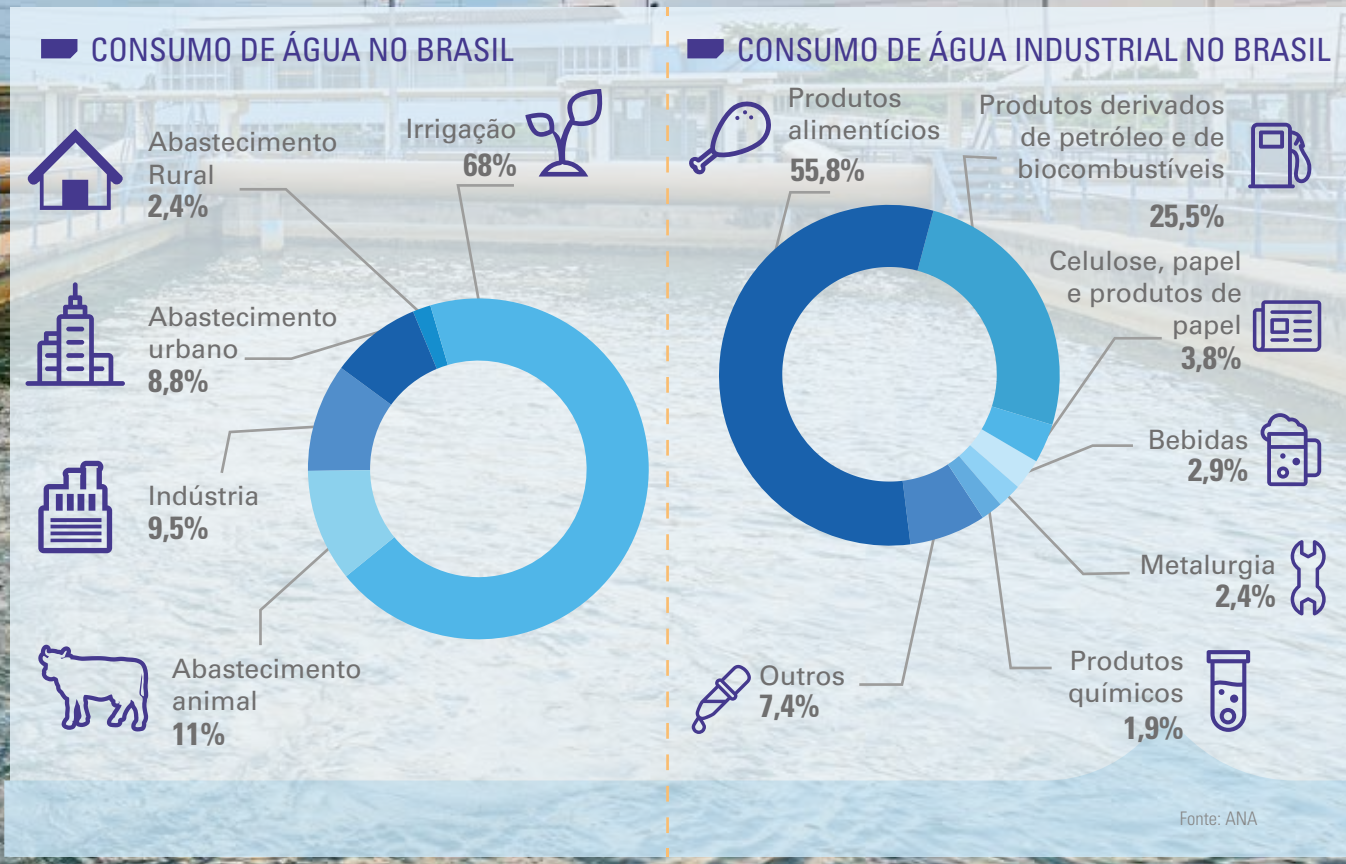
É importante, sob o ponto de vista da indústria brasileira, discutir propostas para estimular investimentos em obras de saneamento, ampliar a eficiência na alocação de água, buscar o aprimoramento da regulamentação do reuso de esgotos tratados como fonte hídrica, estimular o uso e desenvolvimento de novas tecnologias e melhorar as condições de saneamento.

A lista completa das recomendações de 250 representantes empresariais para o 8º Fórum Mundial da Água será elaborada no *Water Business Day*, em 18 de março. Esse debate, que vai consolidar a posição da indústria para o Fórum, será realizado em Brasília, pela CNI, em parceria com a Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Mônica Messenberg destaca que a indústria já é um exemplo do uso eficiente da água. Embora represente 21% no Produto Interno Bruto (PIB), o setor consome apenas cerca de 10% da água captada e vem diminuindo o consumo ano a ano. A indústria automobilística, por exemplo, reduziu em 50% o uso de água na fabricação de veículos entre 2008 e 2013. Mas ela lembra que a escassez e a baixa qualidade da água já se transformaram em um fator de inibição de investimentos, o que compromete a capacidade de geração de emprego e de renda e prejudica o desenvolvimento do Brasil.

"A solução hídrica deve ser articulada entre governo e sociedade", ressalta. Segundo ela, os avanços envolvem desde a ampliação de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o debate da legislação vigente. Como exemplo, cita a questão do reuso da água. "Faltam normativas que deem segurança jurídica. No reuso, há quase uma bitributação", afirma. Mônica explica que há tributação na compra da água e, logo depois, uma nova tributação dessa mesma água, na fase do reuso. É um ônus, um desestímulo, argumenta a diretora, criando um cenário que inibe investimentos em novas tecnologias.

O 8º Fórum Mundial da Água reunirá 40 mil participantes de 160 países, em Brasília. O evento é realizado a cada três anos. A última edição foi na Coreia do Sul. Nesta edição, a CNI conta com um estande para apresentar as contribuições do setor industrial, além de acompanhar sessões regionais e temáticas e coordenar a sessão "Finanças para o desenvolvimento sustentável – apoio a iniciativas de uso eficiente da água".



EUA IMPÕE SOBRETAXA NA IMPORTAÇÃO DE AÇO E ALUMÍNIO

GOVERNO E SETOR PRIVADO ESTUDAM RECURSO CONTRA DECISÃO NORTE-AMERICANA

BRASIL RESPONDE POR UM TERÇO DAS IMPORTAÇÕES DE AÇO DOS EUA

Medida deve entrar em vigor em 23 de março e exclui Canadá e México

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AÇO (OBJETO DA SOBRETAXA)

US$ FOB

Período	Total	EUA	participação EUA
2017	7.984.551.493	2.627.924.481	*32,9%*
2016	5.529.338.447	1.768.974.804	*32,0%*
2015	6.521.115.252	2.466.808.919	*37,8%*
2014	6.739.790.849	2.979.319.993	*44,2%*
2013	5.487.943.399	2.313.247.834	*42,2%*
2012	6.899.594.590	2.396.812.244	*34,7%*
2011	8.291.177.198	2.080.124.249	*25,1%*
2010	5.703.265.423	712.819.035	*12,5%*
2009	4.685.629.097	425.158.649	*9,1%*
2008	7.989.620.984	1.105.759.280	*13,8%*
2007	6.682.095.809	1.328.438.077	*19,9%*

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALUMÍNIO (OBJETO DA SOBRETAXA)

US$ FOB

Período	Total	EUA	participação EUA
2017	812.092.231	120.731.134	*14,9%*
2016	824.717.119	75.591.334	*9,2%*
2015	897.403.995	50.826.213	*5,7%*
2014	1.043.497.919	106.336.183	*10,2%*
2013	1.122.085.075	82.406.968	*7,3%*
2012	1.358.452.581	123.525.658	*9,1%*
2011	1.659.909.026	210.428.481	*12,7%*
2010	1.677.642.425	193.445.756	*11,5%*
2009	1.618.067.609	263.332.381	*16,3%*
2008	2.652.240.947	321.783.753	*12,1%*
2007	2.912.455.722	301.623.835	*10,4%*

Fonte: MDIC

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cumpriu promessa de campanha e impôs sobretaxa de 25% para o aço e de 10% para o alumínio importados para o mercado norte-americano, sob o argumento de "segurança nacional". As críticas globais foram imediatas, mas o efeito prático é que a sobretaxa passa a valer ainda em março e representa um forte golpe sobre o Brasil, segundo maior fornecedor mundial de aço para os Estados Unidos. No ano passado, o país exportou US$ 3 bilhões em aço e US$ 144 milhões em alumínio.

Ainda não é possível estimar qual será o exato impacto da decisão de Trump sobre as exportações de aço e alumínio para os EUA em 2018, aponta o gerente-executivo de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Bonomo. Segundo ele, não é possível fazer esse cálculo, pois a medida foi anunciada sem deixar claro se atingirá parcial ou totalmente os produtos de aço e alumínio vendidos pelo Brasil ao mercado norte-americano.

A decisão de Trump teve foco na superprodução chinesa, que inunda o globo com aço subsidiado e mais barato, mas os reflexos atingem vários outros países produtores. Até pouco tempo atrás, havia expectativa de que Trump não cumprisse essa promessa de campanha, pois fere as normas do livre comércio mundial, explica Bonomo. Mas o presidente foi rápido entre anunciar (em 1º de março) e assinar a medida (no dia 8), que passa a valer 15 dias depois.

O Instituto Aço Brasil divulgou nota reforçando a expectativa de que o Brasil fosse excluído da medida, o que não ocorreu. "O Aço Brasil estuda, então, com o governo brasileiro, a entrada imediata de recurso junto ao governo americano", cita nota do instituto. Bonomo lembra que a indústria siderúrgica norte-americana, pouco competitiva, apoiou fortemente a campanha do presidente republicano.

O gerente-executivo da CNI ressalta que o governo e o setor privado brasileiros atuaram fortemente diante da administração Trump desde que a possibilidade da sobretaxa foi cogitada. "Não houve erro nem omissão do governo e do setor privado. Foram feitas várias gestões. Utilizamos todos os canais disponíveis. Mostramos que não era uma questão de segurança nacional", lembra o gerente. A decisão foi tomada com base em uma lei da década de 1960, driblando critérios técnicos atuais.

Infelizmente, não há otimismo para o futuro próximo. A principal alternativa, no curto prazo, envolve discussões bilaterais, sem descartar a hipótese de levar a questão à Organização Mundial do Comércio (OMC). Diante do excedente de oferta mundial, será difícil o Brasil encontrar outros compradores, avalia Bonomo.

PRODUTIVIDADE PARA SAIR DA CRISE

ESTUDO DA CNI MOSTRA QUE INDÚSTRIA ELEVOU EM 4,5% A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO EM 2017. NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, INDICADOR MOSTRA ALTA DE 9,1%, PERÍODO QUE COINCIDE COM A RECESSÃO ECONÔMICA

Períodos longos de crise obrigam empresas a, em nome da sobrevivência, encontrar soluções que as tornem mais competitivas. Uma das saídas comuns é a busca por mais eficiência e produtividade, o que a indústria brasileira tem feito após atravessar três anos de queda na produção. Em 2017, por exemplo, a indústria de transformação elevou sua produtividade no trabalho em 4,5% em relação ao ano anterior, o terceiro crescimento seguido no comparativo.

O indicador *Produtividade na Indústria*, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mensura o volume produzido pelo setor dividido pelas horas trabalhadas. O resultado de 2017 decorre do crescimento de 2,2% no volume produzido na indústria de transformação e da queda, na mesma medida, das horas trabalhadas no período. Em outras palavras, produziu-se mais com menos horas empenhadas pela força de trabalho na linha de produção.

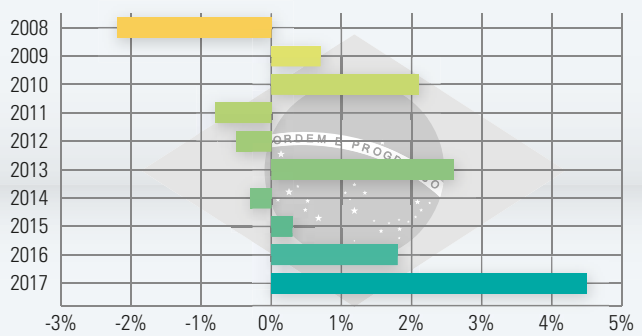
Uma explicação possível para o resultado positivo da conta é que, para sobreviver, as empresas reduziram custos e melhoraram a gestão. A isso, soma-se o aumento de produtividade do trabalhador, que se esforça para se manter no emprego – o chamado efeito comportamental. Há dados que corroboram esse raciocínio. A pesquisa *Investimento na Indústria* mostrava, em 2010, que 32% das empresas investiram com o objetivo de melhorar processos. Em 2014, primeiro ano da recessão, aportes em processos cresceram para 47%.

Coincidentemente, houve alta de 9,1% na produtividade entre 2012 e 2017 – o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria encolheu entre 2014 e 2016. É um dado significativo, sobretudo quando comparado à queda de 0,7% do indicador no intervalo entre 2007 e 2012. "Tanto empresas quanto trabalhadores se esforçam mais durante a crise para não perder a renda. A empresa não quer fechar e os trabalhadores, por sua vez, não querem perder o emprego. Por isso buscam ser mais produtivos", explica Renato da Fonseca, gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI.

Apesar do significativo aumento da produtividade, nos últimos cinco anos, o Brasil ainda patina em relação a outras economias do mundo. Quando se compara o indicador em relação a 10 grandes parceiros comerciais, entre 2006 e 2016, pode-se ver que a indústria brasileira conseguiu se recuperar. Ainda assim, o aumento de 5,5% na produtividade do trabalho brasileira foi a menor entre os países analisados e muito distante, por exemplo, da Coreia do Sul, que melhorou seu indicador em expressivos 44% no período.

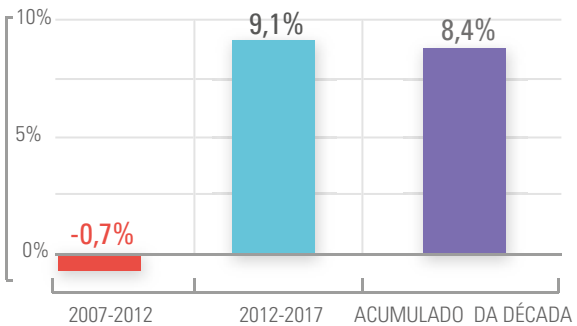
CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA

Variação em relação ao ano anterior



MEIA DÉCADA PERDIDA

Variação da produtividade por quinquênio



Fonte: *Produtividade na Indústria – Ano 1 – Número 2 – Out-Dez 2017*

A PRODUTIVIDADE NO BRASIL E EM PAÍSES SELECIONADOS

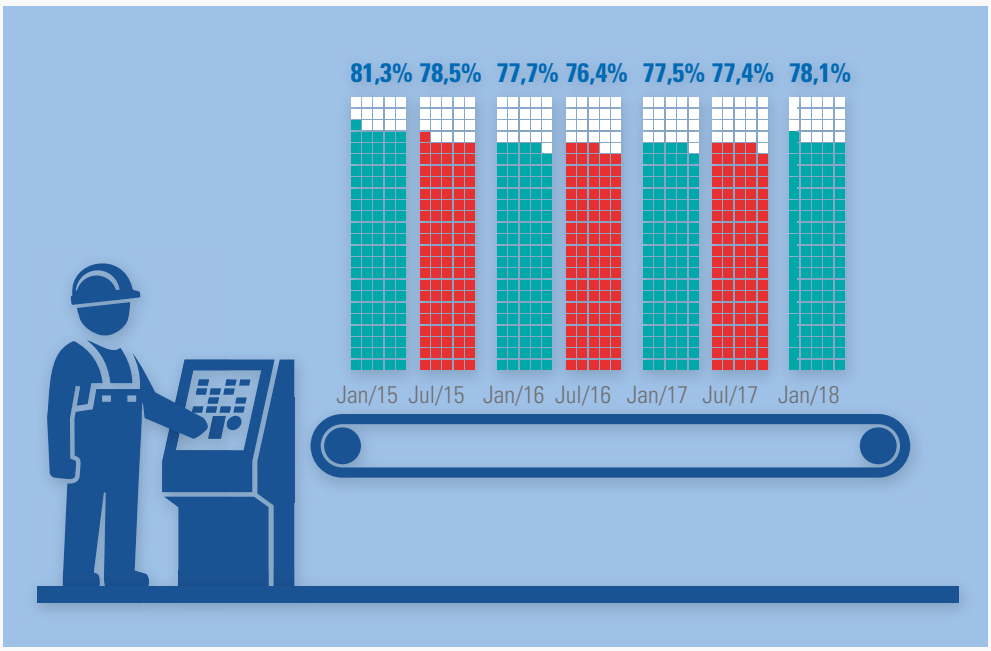
Variação do indicador brasileiro em relação aos 10 principais parceiros comerciais brasileiros (2006-2016)

Coreia do Sul	**44%**	Países Baixos	**13%**	México	**9,2%**
França	**21,7%**	Itália	**11,3%**	Reino Unido	**7,8%**
Estados Unidos	**16,2%**	Argentina	**11,2%**	Brasil	**5,5%**
Japão	**13,8%**	Alemanha	**10,7%**		

Fonte: *Produtividade na Indústria – Ano 1 – Número 1 – Jul-Set 2017*

Menor ociosidade desde julho de 2015

Evolução da UCI da indústria mostra recuperação da atividade



ATIVIDADE MANTEM RECUPERAÇÃO

A recuperação do consumo está movimentando as linhas de produção da indústria de transformação. Em janeiro, segundo a pesquisa *Indicadores Industriais*, o nível de utilização da capacidade instalada do setor chegou a 78,1%, a mais elevada desde julho de 2015. Outro sinal de retomada da atividade foi o aumento de 0,4% nas horas trabalhadas, que cresceu pelo terceiro mês consecutivo. O faturamento real, por sua vez, ficou estável (queda de 0,1%), mas ainda reflete a trajetória positiva observada desde o ano passado, ficando 7,7% acima do registrado em janeiro de 2017.

Fonte: *Indicadores Industriais – Ano 26 – Número 1 – Janeiro 2018*

CONSUMIDOR SEGUE CAUTELOSO COM RETOMADA

Apesar da melhora da economia, o brasileiro ainda reluta em voltar a consumir. Em fevereiro, o *Índice de Expectativa do Consumidor (INEC)* ficou em 102,7 pontos, recuo de 0,2% frente a janeiro. O indicador ficou 1,6% abaixo do mesmo mês de 2017 e 4,9% abaixo da média histórica, mostrando moderação na recuperação da demanda. Na comparação com janeiro do ano passado, o brasileiro está menos otimista quanto à inflação (-2,9%), à sua renda (-3%) e à situação financeira (-1,9%) e menos inclinado a fazer compras de maior valor (-2%).

Como anda pensando o consumidor (Fev/18 x Fev/17)*

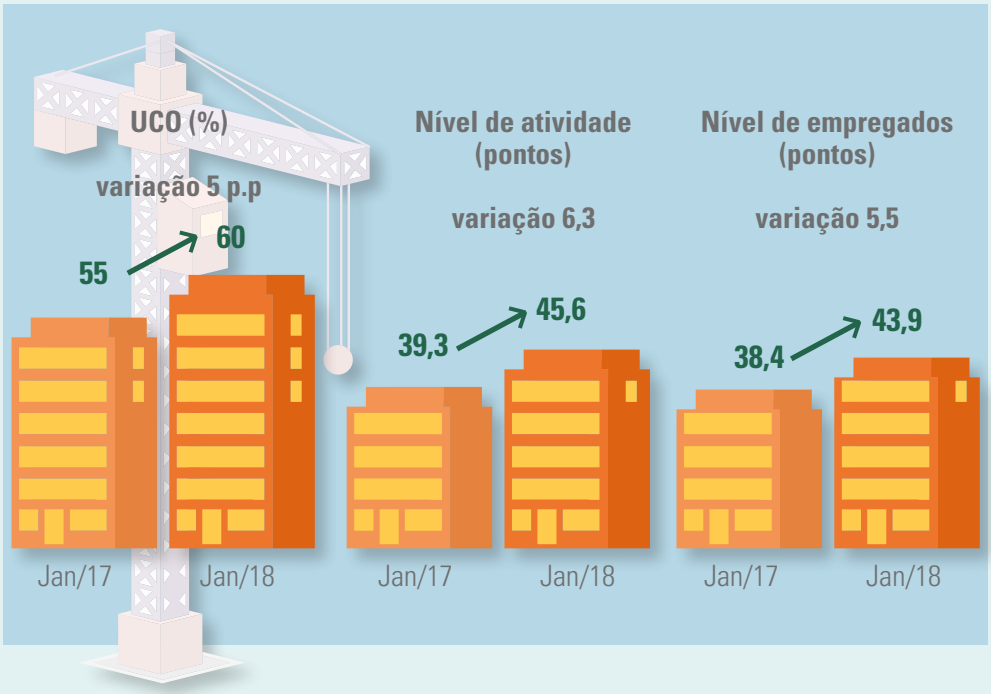
Confiança	↓ - 1,6%
Inflação	↓ - 2,9%
Expectativa de desemprego	↓ - 0,2%
Renda pessoal	↓ - 3,0%
Compra de bens de maior valor	↓ - 2,0%
Endividamento	↓ - 0,3%
Situação financeira	↓ - 1,9%

Fonte: *INEC – Ano 20 – Número 2 – Fevereiro 2018*

* Observação: Quanto maior o índice, maior o número de pessoas que esperam a queda do emprego e a melhora dos indicadores de finanças pessoais.

Desempenho da indústria da construção

2018 começa com menor ociosidade e queda menos intensa na atividade



CONSTRUÇÃO OPERA COM MENOR OCIOSIDADE DESDE 2015

A indústria da construção começou 2018 com sinais positivos no desempenho, segundo dados da *Sondagem Indústria da Construção*. Na comparação com janeiro de 2017, o nível de atividade (45,6 pontos) e o emprego (43,9 pontos) cresceram, alta de 6,3 pontos e de 5,5 pontos, respectivamente, sinalizando retração menos intensa no desempenho e no número de postos de trabalho. Por outro lado, a utilização da capacidade operacional chegou a 60%, em janeiro, consolidando trajetória de alta em curso desde março de 2017 e o patamar mais elevado desde julho de 2015.

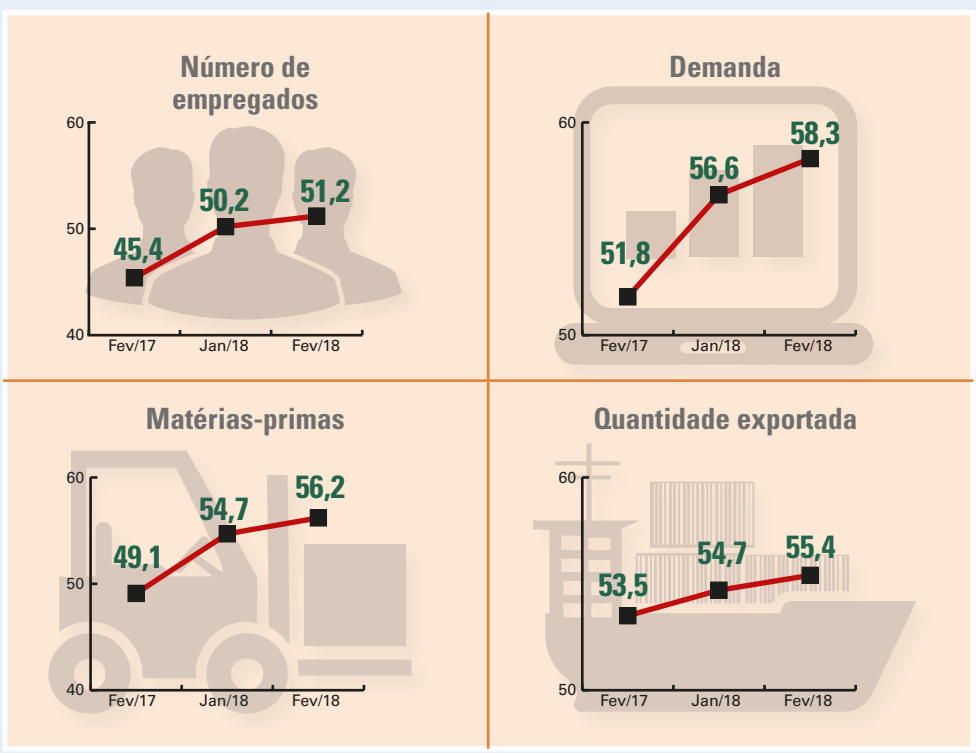
Fonte: *Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 1 – Janeiro 2018*

INDÚSTRIA ESPERA CRIAR NOVOS EMPREGOS

Pelo primeira vez, desde março de 2014, a indústria espera criar novos postos de trabalho. De acordo com a *Sondagem Industrial* de fevereiro, o índice de expectativa de número de empregos chegou a 51,2 pontos, acima da linha divisória de 50 pontos que separa o aumento da queda do emprego. A previsão de se criar novos postos de trabalho foi acompanhada de outros indicadores de expectativa: há maior otimismo em relação à demanda (+1,7 ponto), às compras de matérias-primas (+1,5 ponto) e à quantidade exportada (+0,7 ponto).

Fonte: *Sondagem Industrial – Ano 21 – Número 1 – Janeiro 2018*

Expectativas positivas na indústria



GIRO BRASIL

Foto: José Paulo Lacerda/CNI

INDÚSTRIA GAÚCHA INICIA O ANO COM PERSPECTIVA DE EXPANSÃO

O ano de 2018 começa bem para a indústria gaúcha, conforme a pesquisa *Sondagem Industrial*, divulgada no final de fevereiro pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). O índice que mede a evolução da produção alcançou 52,8 pontos em janeiro, o que indica crescimento em relação a dezembro de 2017. Desde 2013, o índice não ficava acima de 50 pontos no primeiro mês do ano. Da mesma forma, o emprego (53 pontos) mostrou o primeiro crescimento no mês em oito anos. "O cenário de recuperação deve persistir nos próximos meses. Além do aumento da produção e do emprego no setor, a ociosidade diminuiu, os estoques se mantiveram no nível planejado pelas empresas e as perspectivas de investimento dos empresários também são favoráveis", diz o presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry.

Foto: Divulgação / FIEPE

PERNAMBUCO TEM O 1º COMDEFESA DO NORDESTE

Para estimular a indústria de defesa e identificar oportunidades de negócio em Pernambuco, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) e o Ministério da Defesa criaram o 1º Comitê Empresarial da Indústria de Defesa (Comdefesa) do Nordeste, a partir da assinatura de um termo de compromisso em janeiro. De acordo com o presidente da FIEPE, Ricardo Essinger, além das oportunidades de negócio, a ideia do Comdefesa é agregar valor às cadeias produtivas, promover a competitividade e incentivar o avanço tecnológico das empresas locais. Segundo ele, é explorar o potencial do parque industrial do estado na produção de bens para a Defesa, a partir de pequenas alterações em processos, produtos ou serviços.

Foto: Pedro Franca/Agência Senado

INDÚSTRIAS DO DF AJUSTAM-SE AO RACIONAMENTO DE ÁGUA

Pouco mais de um ano depois de os cortes semanais de água se tornarem parte da rotina no Distrito Federal, os industriais mostram ter se adaptado e encontrado formas de diminuir o consumo. Logo que começou o racionamento, no início de 2017, 33,3% das indústrias brasilienses acreditavam que haveria impacto sobre o faturamento. Agora, apenas 15,3% dizem que os cortes lhes causam prejuízo, conforme a *Pesquisa Impacto do Racionamento de Água na Indústria do Distrito Federal*, feita pela Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL-DF). A primeira amostragem foi realizada em março de 2017 e a última, em janeiro de 2018, do dia 3 ao dia 15.

Foto: Betto Silva - Norte Energia

PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PARÁ CRESCEU 10,1% EM 2017

A produção industrial do Pará registrou alta de 10,1% em 2017, ficando com o primeiro lugar entre 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2016, o estado havia sido o único a registrar saldo positivo, com aumento de 9,5%. Segundo o presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), José Conrado Santos, essa sequência de resultados positivos continua sendo fruto dos investimentos realizados nos últimos anos e que podem chegar a R$ 124,6 bilhões até 2020. "Somados projetos já entregues, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, previstos quando iniciamos os estudos em 2015, o valor do investimento sobe para cerca de R$ 200 bilhões", afirma.

CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL PERMANECE EM ALTA NO MARANHÃO

O *Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão* (ICEI-MA) se mantém em alta em fevereiro, encerrando o mês com 65,2 pontos e permanecendo na casa dos 60,0 pontos, tendência observada desde dezembro de 2017. Na pesquisa, elaborada mensalmente pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), foram entrevistados empresários maranhenses das indústrias de extração e transformação e do ramo da construção civil. O estudo considera que valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

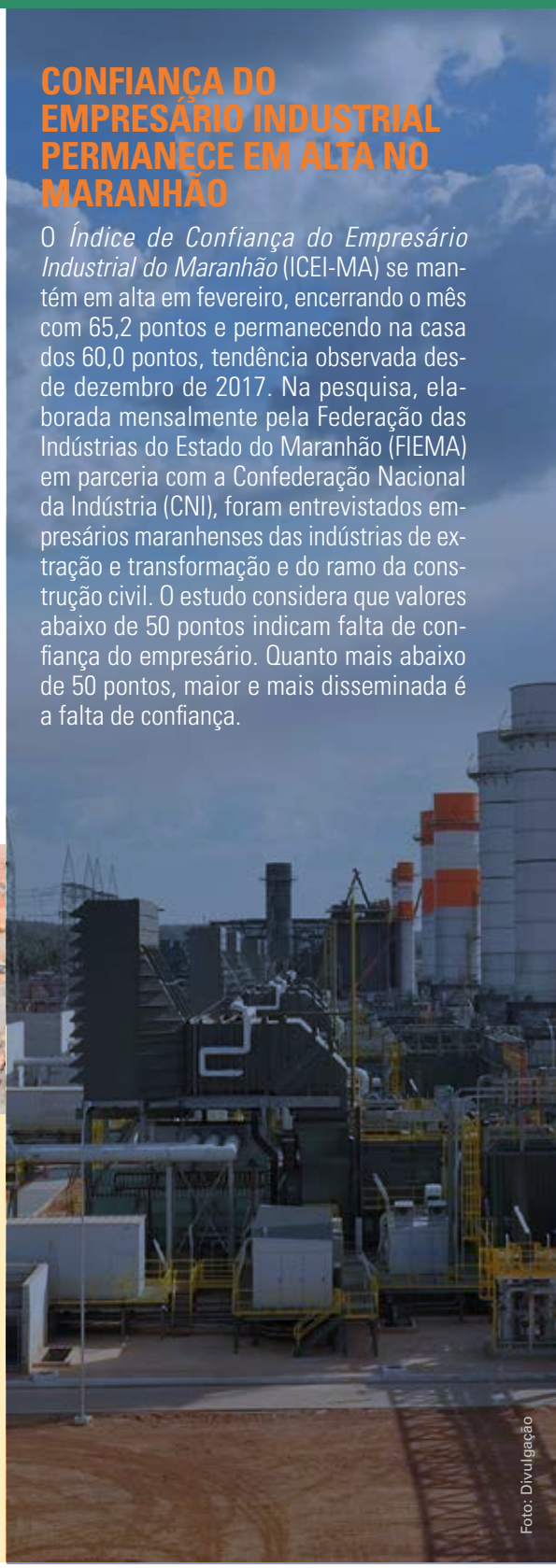


Foto: Divulgação

GIRO GLOBAL

INDÚSTRIA DA RÚSSIA DEBATE COOPERAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

Para a Rússia, modernizar a economia e aumentar a capacidade nacional de produção são tarefas urgentes. Para debater o tema, em fevereiro, a Confederação das Indústrias Russa promoveu o Fórum "Cooperação Econômica Internacional em Novas Realidades". O evento foi realizado no âmbito da Semana Empresarial Russa 2018, em Moscou, e a discussão centrou-se no impacto das novas tendências, como a digitalização e o aumento do protecionismo, no ambiente de negócios, comércio e cooperação econômica.

DINAMARCA ESTÁ À FRENTE NA CORRIDA PELA DIGITALIZAÇÃO

A Dinamarca é a campeã europeia no uso de tecnologias básicas – que envolve, entre outros, uso de internet rápida, dispositivos móveis no trabalho e presença em mídias sociais. A conclusão é de uma pesquisa da Danmarks Statistik, baseada em dados da Eurostat. Do total das empresas dinamarquesas, 42% têm grau de digitalização alto ou muito alto. Para a Confederação das Indústrias Dinamarquesas, o dado é bom, mas o país precisa assumir a liderança no uso de tecnologia avançada, como a inteligência artificial e o uso de sensores, utilizada por apenas 5% das empresas.

DOCUMENTO LISTA 10 PRIORIDADES PARA UM CANADÁ FORTE E PRÓSPERO

A Câmara de Comércio do Canadá lançou, em fevereiro, o *10 Ways to Build a Canada that Wins*, documento que lista dez agendas que podem resultar em vantagem competitiva, aumento de produtividade e crescimento da economia do país. O texto será o ponto de partida para uma reunião entre representantes da Câmara, do governo e do comércio, que pautarão políticas públicas e outras iniciativas para 2018. Entre as prioridades estão a atração de investimentos, o apoio às pequenas e médias empresas, o incentivo à inovação e a melhoria da infraestrutura comercial.

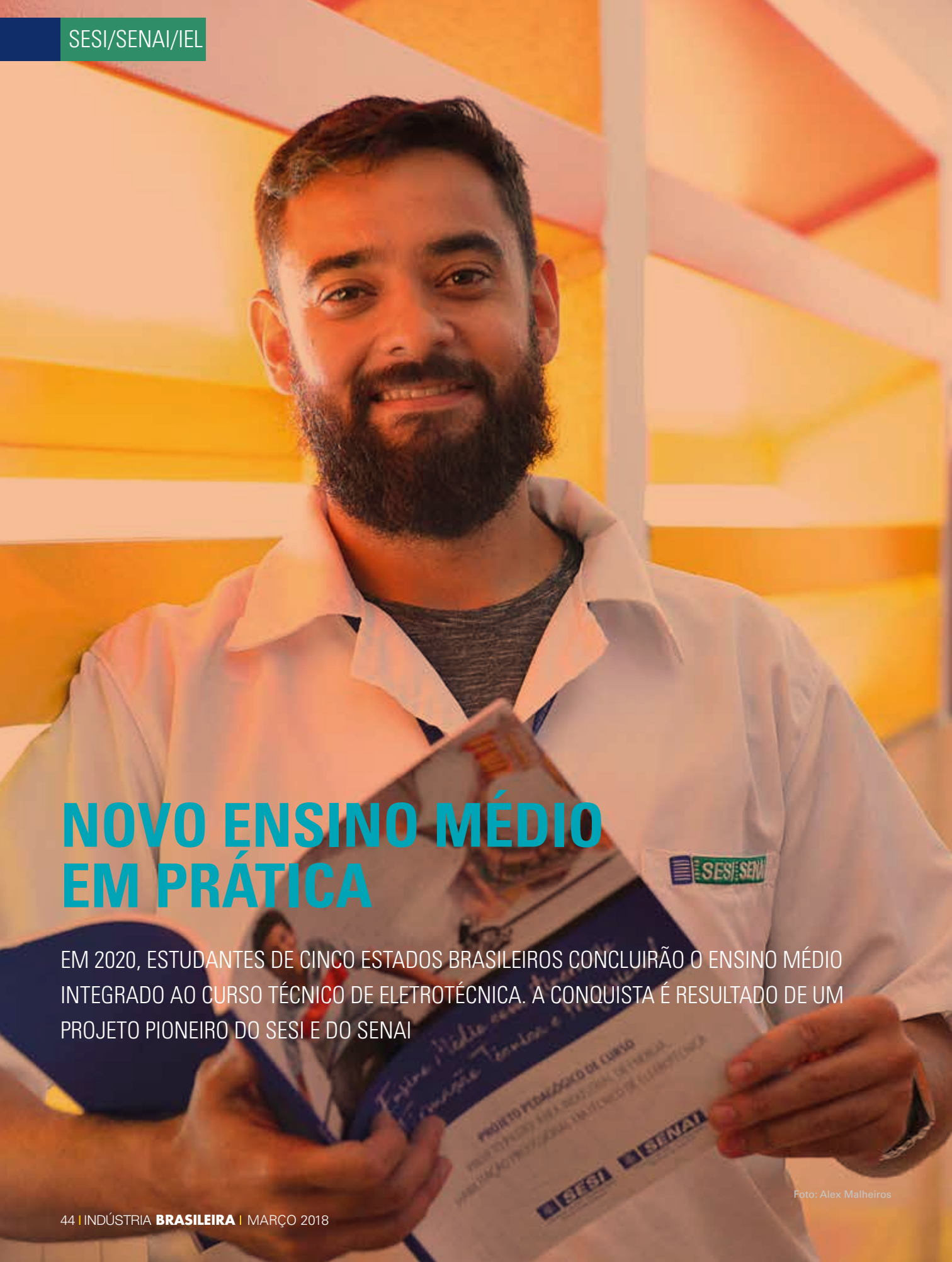
ESPANHA TRAÇA ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR RESULTADO DA INDÚSTRIA

A União Europeia estabeleceu que, até 2020, a indústria deve responder por 20% do PIB em todos os Estados-Membros. A Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE) afirma que, no país, esse índice está em 14% e será necessário mais tempo para o alcance da meta. No relatório *Indústria, mecanismo de crescimento: análise e recomendações*, a CEOE recomenda a adoção de uma série de medidas para o crescimento do setor produtivo, como maior controle aduaneiro, melhoria das infraestruturas, mudança no modelo de energia, redução de impostos e digitalização das empresas.

FOCO DE COMPETIÇÃO NACIONAL, INOVAÇÃO É AGENDA PRIORITÁRIA DE DUBAI

O Dubai Startup Hub, iniciativa da Câmara de Comércio e Indústria de Dubai, lançou a terceira edição do Dubai Smartpreneur Competition, com o objetivo de promover a cultura de inovação de sua comunidade empresarial. Direcionada a startups e empreendedores dos Emirados Árabes, a competição busca atrair ideias inovadoras de negócios nas categorias de Blockchain, Inteligência Artificial e Transformação Digital. Além da premiação, os finalistas têm a oportunidade de participar de iniciativas na área de cidades inteligentes.

Foto: Shutterstock.com



NOVO ENSINO MÉDIO EM PRÁTICA

EM 2020, ESTUDANTES DE CINCO ESTADOS BRASILEIROS CONCLUIRÃO O ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA. A CONQUISTA É RESULTADO DE UM PROJETO PIONEIRO DO SESI E DO SENAI

Foto: Alex Malheiros

Um ensino conectado com as aspirações dos alunos, organizado por áreas do conhecimento e integrado à formação técnica e profissional. Essa é espinha dorsal do novo Ensino Médio, que já é realidade em seis escolas brasileiras por uma iniciativa pioneira do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Ao todo, são 222 estudantes envolvidos no projeto-piloto que, ao final de 2020, receberão diplomas de Ensino Médio e de técnico em Eletrotécnica.

A nova metodologia foi implantada em caráter de experiência pedagógica nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo e Goiás. O projeto oferta um currículo integrado por áreas de conhecimento e não mais por disciplinas, e inclui formação técnica que permitirá aos estudantes iniciarem mais cedo, e de forma qualificada, a vida profissional.

Douglas Oliveira de Jesus, aluno da Escola SESI José de Carvalho, em Feira de Santana (BA), está entusiasmado com a oportunidade. Para ele, a nova metodologia fortaleceu a interação entre professores e alunos, tornou o aprendizado mais prazeroso e aumentou a vontade por buscar o saber. "Estou muito mais envolvido com os estudos", diz.

O grande desafio do projeto, segundo Sérgio Gotti, gerente-executivo de Educação do SESI, é que os professores da educação básica e da educação profissional devem trabalhar as competências e habilidades de maneira integrada. "É uma forte mudança de estrutura, que obriga todos a terem um pensamento não mais compartimentado por caixas, em que cada um cuida de seu espaço sem se importar com o dos demais", explica. "Eles têm de estar muito afinados para chegar em sala de aula e trabalhar como uma orquestra nessa nova visão".

Júlia Pereira dos Santos, estudante da Unidade Integrada SESI/SENAI Aparecida de Goiânia, afirma que, com essa metodologia, consegue aprender melhor. "Antes, me preocupava apenas em copiar o que estava no quadro e não tinha muita vontade de estudar. Hoje, tenho mais vontade de aprender, os professores estão mais comunicativos e sinto que vou sair daqui mais preparada para o mundo", conta.

O economista Cláudio de Moura Castro, especialista em educação,

POR DENTRO DO NOVO ENSINO MÉDIO

CURRÍCULO FLEXÍVEL

Parte da grade curricular é de escolha do aluno, que pode optar entre cinco áreas de interesse para aprofundar suas habilidades:

* Ciências Humanas
* Ciências da Natureza
* Linguagens
* Matemática
* Formação Técnica e Profissional

IMPLANTAÇÃO GRADUAL

A adaptação das escolas ao novo Ensino Médio começou em 2018 e será realizada de forma gradativa. As mudanças só devem ser percebidas nos próximos cinco anos.

COMO FUNCIONA A FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL?

O aluno pode escolher uma formação técnica profissional dentro da carga horária do Ensino Médio regular. Se cursar as disciplinas obrigatórias, ao final dos três anos, terá o diploma do Ensino Médio e o certificado do ensino técnico.

Foto: Alex Malheiros

defende que, quando há essa interconexão entre o lado acadêmico e o profissionalizante, tem-se "o melhor dos mundos". Segundo ele, a experiência prática contextualiza o ensino e torna os conteúdos mais concretos. Os estudantes são beneficiados com desenvolvimento mais sólido, capacidade de pensar de forma crítica e visão de mundo mais ampla e universal.

INSERÇÃO

Para o diretor-superintendente do SESI e diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, a flexibilização do currículo do Ensino Médio é um caminho para que mais estudantes tenham formação técnica e, com isso, mais oportunidades profissionais. "O ensino técnico amplia a inserção do jovem no mercado de trabalho, o que é muito importante para o Brasil. Hoje, o índice de desemprego está em 11% e, entre os jovens, esse número duplica, o que é muito grave", diz.

A integração da educação profissional ao Ensino Médio também alinha o sistema educacional brasileiro às melhores experiências internacionais. "Nos países desenvolvidos, a média de jovens que se dedicam a cursos técnicos é de 50%. Na Áustria, esse percentual chega a 77%. Mas, no Brasil, menos de 10% dos estudantes optam pela educação profissional", afirma Lucchesi.

Para 2019, o SESI e o SENAI programam uma expansão da experiência pedagógica. Novos estados serão atendidos e novas habilitações serão ofertadas. Além de Eletrotécnica, os estudantes poderão optar pelas áreas de Matemática, Ciências da Natureza, Técnico em Mecânica ou Técnico em Rede de Computadores.

A expectativa é que o modelo desenvolvido também sirva de referência para a implantação do novo Ensino Médio na rede pública. "O SESI e o SENAI são instituições de excelência em educação e podem ser fortes parceiros na construção do projeto pedagógico integrado e, principalmente, na implantação do ensino técnico e profissional na rede pública. Temos muito a contribuir e as perspectivas são as melhores", afirma Gotti.

PRÁTICA

Nilza Bispo Brito está entre os docentes envolvidos na experiência pedagógica. Professora de Ciências Humanas da Escola SESI José de Carvalho, em Feira de Santana (BA), ela afirma que o modelo de Ensino Médio proposto pelo SESI e SENAI rompe com a metodologia conteudista e coloca o estudante como protagonista de seu aprendizado. "Os alunos estão aprendendo a aprender, e não a memorizar. A partir da reflexão e do debate, desenvolvem habilidades e competências voltadas para a vida e para o mundo do trabalho", conta.

Para Fábio Inácio, professor de Ciências da Natureza da Unidade Integrada SESI/SENAI Aparecida de Goiânia (GO), essa metodologia estimula o espírito crítico e a independência do aluno. O estudante aprende a buscar de soluções e trabalhar em grupo. "É um grande ganho. Além da capacidade técnica, estamos formando cidadãos que saberão se posicionar e respeitar a opinião contrária. Conseguimos trabalhar um discurso mais humanitário, valorizando as crenças e as diferenças", diz.

QUANDO O CONHECIMENTO SE CONECTA À INDÚSTRIA, O RESULTADO É A TRANSFORMAÇÃO.

Espalhados de Norte a Sul do país, os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia são o ponto de partida para aumentar a competitividade da indústria brasileira. Conectando infraestrutura de ponta, profissionais capacitados e parcerias internacionais, os Institutos formam uma grande rede de soluções integradas e customizadas para empresas de todos os portes e em qualquer parte do Brasil. Até 2019, serão 25 Institutos de Inovação e 63 Institutos de Tecnologia. Conte com cada um deles para transformar sua empresa.

INSTITUTO SENAI DE INOVAÇÃO

INSTITUTO SENAI DE TECNOLOGIA

INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA.
LIGADOS PELA TRANSFORMAÇÃO.
CONHEÇA MAIS. ACESSE WWW.INSTITUTOS.SENAI.BR

/senainacional /senainacional /senai_nacional /senaibr

Lowrat

CNI SESI SENAI IEL

SENAI

Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA